

UNIVERSIDADE DE SOROCABA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E
INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Helenice de Barros

AS CONTRIBUIÇÕES DA FUNDAÇÃO DOM AGUIRRE À EDUCAÇÃO NO
MUNICÍPIO DE SOROCABA: DE 1963 A 2021

Sorocaba-SP

2022

Helenice de Barros

**AS CONTRIBUIÇÕES DA FUNDAÇÃO DOM AGUIRRE À EDUCAÇÃO NO
MUNICÍPIO DE SOROCABA: DE 1963 A 2021**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Wilson Sandano.

Sorocaba-SP

2022

Ficha Catalográfica

B277c Barros, Helenice de
As contribuições da Fundação Dom Aguirre à educação no município de Sorocaba : de 1963 a 2021 / Helenice de Barros. -- 2022.
88 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Wilson Sandano.
Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Sorocaba, Sorocaba, SP, 2022.

1. Fundação Dom Aguirre - História. 2. Educação – Sorocaba (SP) - História. I. Sandano, Wilson, orient. II. Universidade de Sorocaba. III. Título.

Helenice de Barros

**AS CONTRIBUIÇÕES DA FUNDAÇÃO DOM AGUIRRE À EDUCAÇÃO NO
MUNICÍPIO DE SOROCABA: DE 1963 A 2021**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba.

Aprovado em: 15/06/2022

BANCA EXAMINADORA:



Prof.º Dr. Wilson Sandano.

Universidade de Sorocaba



Prof.º Dr. Walter Cruz Swensson Junior

Universidade de Sorocaba



Prof.ª Dra. Vania Regina Boschetti

Universidade de Sorocaba

DEDICATÓRIA

À memória de

Escholástica Leite de Barros

Minha querida avó, referência fortíssima em minha vida, mulher valente, corajosa e destemida. Dona de um senso de justiça, respeito e bom humor que marcaram minha vida. Sem os seus exemplos de amor e generosidade eu não teria me feito uma mulher tão corajosa.

AGRADECIMENTOS

É chegado o fim de mais uma batalha, nesse caminho percorrido, nesta teia de relações na qual me insiro e tenho muito a agradecer. Sou grata pela paciência, pela caminhada junto comigo, pela partilha e pela força. Este trabalho foi feito em conjunto, junção iniciada desde a sua ideia, até a sua concretização. Neste processo, não posso deixar de agradecer àqueles que compartilharam do desenho da minha história, mobilizando-me para esta pesquisa. Uma mobilização impensada por eles, uma relação que me marcou e me fez enveredar nesta trilha hoje seguida.

Aos meus eternos mestres, Professor Wilson Sandano que, na minha adolescência, foi diretor do ginásio em que eu estudei, pessoa muito querida, com quem tive a felicidade de encontrar no mestrado, e além de professor, meu orientador neste trabalho. Meu reconhecimento por sua ajuda neste complexo percurso de reflexão e escrita, guiando-me para esse processo formativo, sempre me questionando e incentivando. À Professora Vania Regina Boschetti, colega de trabalho com quem tive a oportunidade de vivenciar suas aulas de História da Educação neste caminho, experiências que me fizeram viajar pelo mundo. Ao Professor Pedro Goergem, grande influenciador das minhas escolhas, mestre rigoroso que iluminou meu caminho e me permitiu mergulhar no universo da Filosofia da Educação, com seus questionamentos e desafios. Ao Professor Walter Cruz Swensson Junior, pelos conselhos e orientações.

Não posso deixar de agradecer, especialmente, ao Professor Aldo Vannucchi, ser humano que nos dá um exemplo de vida, amigo e confidente de tantos momentos desafiadores.

Hoje, após este trabalho, percebi que trago um pouco de cada um de vocês em mim e me orgulho enormemente disso. Neste percurso de fluxo contínuo, encontrei pessoas que contribuíram imensamente com a concretização deste trabalho, o Professor Fernando de Sá Del Fiol, o Professor Rogério Augusto Profeta, pessoas que muito me apoiaram e foram fundamentais neste trabalho. Faltam-me palavras de agradecimento a vocês. Muito obrigada por abrir as portas das suas salas para uma, até então, desconhecida. Muito obrigada por compartilhar comigo todos os momentos vividos na instituição, fazendo-me crescer, aprender e amadurecer.

Agradeço à Fundação Dom Aguirre pela bolsa de estudos, sem a qual não seria possível realizar este curso. Nesse percurso, encontrei pessoas singulares que também contribuíram no meu crescimento pessoal e profissional. Nessa trilha, agradeço imensamente aos meus colegas de sala, por garantirem as risadas nos momentos de tensão, pela companhia, pela partilha, por

tornar o fardo mais leve a partir da escuta, e do apoio. A batalha foi árdua sim, o percurso foi amargo, mas o resultado foi doce. Hoje, só me resta agradecer o apoio e dedicação de todos que, de uma forma ou de outra, estiveram comigo.

E sigo sempre agradecendo à minha família: aos meus pais, Heleno e Amélia; aos meus filhos Renato e Vitor; às minhas noras Fernanda e Glétia e aos meus netos Lucas, Arthur e Gabriel, por sempre me apoiarem e acreditarem em mim. Este trabalho também é de vocês. Obrigada por me escutarem, por me questionarem, por me permitirem ousar, por me fazerem enxergar coisas antes não percebidas. Obrigada pelo ouvir atento, pelo amor compartilhado. Sem vocês tudo isso seria muito mais difícil. A todos vocês, o meu “muito obrigada!”.

A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender não pode dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria.

(Paulo Freire)

RESUMO

A pesquisa analisa, historicamente, os fatos que deram origem à criação e trajetória da Fundação Dom Aguirre, com a intenção de identificar e descrever as contribuições e o legado da instituição na educação no município de Sorocaba e região. A pergunta norteadora da presente pesquisa é: qual o papel e as contribuições da Fundação Dom Aguirre na educação sorocabana? A hipótese da pesquisa estabelece que a Fundação Dom Aguirre contribui, tanto para a oferta, quanto para o desenvolvimento da educação no município de Sorocaba e região. O objetivo geral é identificar as principais contribuições da Fundação Dom Aguirre, e seus reflexos na educação sorocabana. Os objetivos específicos são: a) descrever os contextos: nacional, regional e local, nas décadas de 1950 a 2021 referente à educação; b) descrever os aspectos históricos da Fundação Dom Aguirre; c) identificar e descrever as contribuições da Fundação Dom Aguirre no município de Sorocaba e região. O caminho metodológico da pesquisa se constitui em uma abordagem descritiva da história da Fundação Dom Aguirre. Dessa forma, utilizamos como procedimento técnico, a pesquisa bibliográfica e documental. Os resultados mais importantes são encontrados por meio das contribuições que a Fundação Dom Aguirre forneceram e fornecem à cidade de Sorocaba, que são: a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba; a Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas de Sorocaba – FACCAS; a Classe Experimental de Jardim de Infância “ Maria Montessori”; o Colégio Dom Aguirre; o Projeto “Nossa Creche”, a Universidade de Sorocaba; os Projetos de Extensão; a Universidade da Terceira Idade e a Cultura Escolar.

Palavras-chave: educação; história; Fundação Dom Aguirre; Sorocaba.

ABSTRACT

The research analyzes, historically, the facts that gave rise to the creation and trajectory of Fundação Dom Aguirre, with the intention of identifying and describing the contributions and legacy of Fundação Dom Aguirre in education in the municipality of Sorocaba and region. The question that guided the research was: what is the role and contributions of Fundação Dom Aguirre in Sorocaba education? The research hypothesis establishes that Fundação Dom Aguirre contributed, both to the offer and to the development of education in the municipality of Sorocaba and region. The general objective of the research was to identify the main contributions of Fundação Dom Aguirre, and its effects on education in Sorocaba. The specific objectives are: a) to describe the contexts: national, regional and local, in the decades from 1950 to 2021 regarding education; b) describe the historical aspects of the Dom Aguirre Foundation; c) identify and describe the contributions of Fundação Dom Aguirre in the municipality of Sorocaba and region. The methodological path of the research was a descriptive approach to the history of Fundação Dom Aguirre, using bibliographic and documentary research as a technical procedure. The most important results are found through the contributions that Fundação Dom Aguirre provided and provide to the city of Sorocaba, which are: the Faculty of Philosophy, Sciences and Letters of Sorocaba, Faculty of Accounting and Administrative Sciences of Sorocaba – FACCAS, Experimental Class of Kindergarten “Maria Montessori”, Colégio Dom Aguirre, Project “Nossa Creche”, University of Sorocaba, Extension Projects, University of the Third Age and School Culture.

Keywords: education; story; Dom Aguirre Foundation; Sorocaba.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E TABELAS

Tabela 1 - Demonstrativo de Áreas dos Imóveis da Fundação Dom Aguirre 2022.....	46
Ilustração 1 - Organograma da Estrutura da Fundação Dom Aguirre.....	48
Quadro 1- Demonstrativo Quantitativo de alunos do Colégio Dom Aguirre de 1984 a 2021..	55
Tabela 2 - Demonstrativo Quantitativo de alunos por ano da UNISO.....	62
Quadro 2- Demonstrativo Quantitativo de alunos nos cursos da UNISO em 2021.....	63
Quadro 3 - Demonstrativo Quantitativo de alunos concluintes, de professores e colaboradores da UNISO em 2021.....	63
Tabela 3 - Alunos Matriculados Anualmente na Universidade da Terceira Idade.....	68

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABRUC** – Associação Brasileira das Universidades Comunitárias
- BNDE** – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
- BNDES** – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- BNB** – Banco do Nordeste do Brasil
- CACEX** – Carteira do Comércio Exterior
- CDA** – Colégio Dom Aguirre
- CAPES** – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CNPq** – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- CPDOC** – Centro de Pesquisa e Documentação Contemporânea do Brasil
- CR\$** - Cruzeiros
- EdUniso** – Editora Uniso
- EFS** - Estrada de Ferro Sorocabana
- EJA** – Educação de Jovens e Adultos
- FAFI** – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba
- FAPESP** – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
- FDA** – Fundação Dom Aguirre
- FGV** – Fundação Getúlio Vargas
- FUNAP** – Fundação Professor Manoel Pedro Pimentel
- IBC** – Instituto Brasileiro do Café
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IPC Maps** – Índices de Potencial de Consumo
- ISEB** – Instituto Superior de Estudos Brasileiros
- LABNUS** - Laboratório de Biomateriais e Nanotecnologia da Universidade de Sorocaba
- LDB** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
- MBA** – Master of Business Administration
- MEC** – Ministério da Educação e Cultura
- NEEUS** – Núcleo de Estudos Empresariais
- NEC** – Núcleo de Estudos da Comunicação
- NEM** – Núcleo de Estudos em Matemática
- NERUS** – Núcleo de Esportes, Lazer e Recreação
- OSE** – Organização Sorocabana de Ensino
- PIB** – Produto Interno Bruto

PROEJA – Programa de Educação de Jovens e Adultos

PRODEC – Programa de Desenvolvimento Comunitário

PUC - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PUCCAMP – Pontifícia Universidade Católica de Campinas

SAJU – Serviço de Assistência Jurídica Gratuita

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

UNISO – Universidade de Sorocaba

UNESP – Universidade Estadual Paulista

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	CONTEXTOS: NACIONAL, REGIONAL E LOCAL, NA DÉCADA DE 1950 REFERENTE A EDUCAÇÃO NO BRASIL.....	18
2.1	Contexto nacional: A abordagem da educação na década de 50.....	18
2.2	Contexto regional: Estado de São Paulo.....	25
2.3	Contexto local: Município de Sorocaba e seu desenvolvimento.....	29
3	DA FACULDADE DE FILOSOFIA DE SOROCABA À FUNDAÇÃO DOM AGUIRRE	33
3.1	Início: Faculdade de Filosofia	33
3.2	Criação da Fundação Scarpa.....	38
3.3	O movimento Pró-Estadualização da Faculdade.....	41
3.4	Criação da Fundação Dom Aguirre	43
4	AS CONTRIBUIÇÕES DA FUNDAÇÃO DOM AGUIRRE PARA A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SOROCABA	49
4.1	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba.....	49
4.2	Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas de Sorocaba – FACCAS.....	51
4.3	Classe experimental de Jardim de Infância “Maria Montessori”	53
4.4	Colégio Dom Aguirre	54
4.5	Projeto “Nossa Creche”	57
4.6	Universidade de Sorocaba	58
4.7	Projetos de Extensão.....	65
4.8	Universidade da Terceira Idade.....	67
4.9	Cultura Escolar	69
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
	REFERÊNCIAS	76
	ANEXO A – ESTATUTO DA FUNDAÇÃO DOM AGUIRRE	80

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa que tem como título: **As contribuições da Fundação Dom Aguirre à educação do município de Sorocaba de 1963 a 2021** identifica e descreve os fatos que deram origem à criação e à trajetória da Fundação Dom Aguirre na educação no município de Sorocaba e região.

A escolha pelo tema está atrelada à minha jornada junto à Fundação Dom Aguirre, que teve início em 1984, estendendo-se até os dias de hoje. Comecei minha história na Fundação Dom Aguirre na função de escriturária, chegando à Administradora Geral da Fundação Dom Aguirre e Diretora do Colégio Dom Aguirre. Quis transmitir todas as contribuições da Fundação Dom Aguirre, com um olhar de admiração e agradecimento, de acordo com Lüdke e André (1986, p. 25) “[...] é muito provável que, ao olhar para um mesmo objeto ou situação, duas pessoas enxerguem diferentes coisas. O que cada pessoa seleciona para ‘ver’ depende muito de sua história pessoal e principalmente de sua bagagem cultural [...]”. Tenho o objetivo de transmitir, por meio desta pesquisa, a história, a trajetória de uma instituição, cuja semente foi lançada ao solo há muitos anos.

A pergunta norteadora da pesquisa é: qual o papel e as contribuições da Fundação Dom Aguirre na educação sorocabana de 1963 a 2021? A hipótese sugere que a Fundação Dom Aguirre contribui para a oferta e o desenvolvimento da educação e cultura no município de Sorocaba e região. Inicialmente, como mantenedora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, da Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas de Sorocaba – FACCAS em seguida do Colégio Dom Aguirre, e da Universidade de Sorocaba – UNISO.

O objetivo geral da pesquisa é identificar e descrever as principais contribuições da Fundação Dom Aguirre, considerando essas contribuições como reflexos na educação sorocabana. Os objetivos específicos são: a) descrever os contextos: nacional, regional e local, na década de 1950 a 2021 referente a educação; b) descrever os aspectos históricos da Fundação Dom Aguirre; c) identificar e descrever as contribuições da Fundação Dom Aguirre no município de Sorocaba e região através da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba da Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas de Sorocaba – FACCAS; d) a Classe Experimental de Jardim de Infância “Maria Montessori”, do Colégio Dom Aguirre, do projeto “Nossa Creche”, da Universidade de Sorocaba, dos Projetos de Extensão, da Universidade da Terceira Idade e da Cultura Escolar.

Esta pesquisa foi desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba – UNISO, na linha de Pesquisa História e Historiografia da educação.

A Fundação Dom Aguirre é a mantenedora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba transformada na Universidade de Sorocaba - UNISO e mantenedora do Colégio Dom Aguirre, instituições localizadas na cidade de Sorocaba-SP/BR.

De acordo com o Estatuto, a instituição é uma entidade educacional, sem fins lucrativos, de caráter filantrópico, instituída em 12 de outubro de 1963, por Dom José Carlos de Aguirre, Bispo Diocesano; Artidoro Mascarenhas, Prefeito Municipal; Pedro Augusto Rangel, Presidente da Câmara Municipal de Sorocaba; Aldo Vannucchi, Diretor da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Sorocaba e José Carlos de Araújo Neves, Secretário dessa mesma Faculdade.

A presente pesquisa utiliza fontes constituídas por material bibliográfico e documental, ao realizar uma análise histórica do tempo que a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras nasceu, e de como surgiu a Fundação Dom Aguirre. As fontes documentais utilizadas são primárias e as submetemos a uma análise crítica, analítica e científica. Segundo Lima e Mioto (2007), “[...] a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório”.

A análise foi conduzida de modo a fazer com que os procedimentos de pesquisa evidenciem o objeto de pesquisa, utilizando-se para tanto, documentos escolhidos, e bibliografias selecionadas. Este estudo apresenta uma abordagem histórico/documental dos fatos ocorridos no Brasil na área da educação a partir da década de 1950 e de como esses fatos refletiram na criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, e posteriormente a Fundação Dom Aguirre, e como ela atua no processo educativo no município de Sorocaba.

A base referencial da presente pesquisa está fundamentada, preferencialmente, em dois autores, os quais participaram diretamente da história da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba e a Fundação Dom Aguirre, são eles, ¹José Carlos de Araújo Neves, alguns de seus trabalhos publicados são: A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, em seus 20 anos de existência (1974); A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba ontem e hoje (1979); Breve histórico da Fundação Dom Aguirre em seu ano Jubilar (1988); e

¹ José Carlos de Araújo Neves, foi professor, escritor, secretário das Faculdades de Filosofia e Ciências Contábeis, Secretário Geral da FDA, membro do Conselho Superior da UNISO, membro da Câmara de Extensão da UNISO. Fonte: Fundação Dom Aguirre.

Fundação Dom Aguirre: 35 anos de história (1998). E, ²Aldo Vannucchi, educador, professor de filosofia e escritor. Aldo é autor de diversas obras, dentre elas: A universidade comunitária: o que é, como se faz (2004); A caminho da Uniso (2012); Dom Aguirre: vida e obra (2013). Além deles, também foi utilizado como fonte de pesquisa, a dissertação do autor Leonardo de Lima Rossini, que tem como título: As origens da educação superior em Sorocaba: A Faculdade de Medicina e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (2015).

Foram utilizados também textos e publicações de pesquisas relacionadas ao tema de pesquisa, através de fontes primárias e secundárias, isto é, de acordo com Rodrigues (2004, p. 24):

As fontes da pesquisa documental são diversas, existem os documentos chamados de primeira mão, os quais não receberam um tratamento analítico prévio, como, por exemplo, documentos conservados em arquivos públicos, em órgãos oficiais, e instituições privadas, e os documentos de segunda mão que, de alguma forma, já foram manipulados e analisados previamente, como relatórios de pesquisas, relatórios de empresas, tabelas estatísticas e outros.

Os dados pesquisados foram extraídos essencialmente de fontes documentais referentes ao contexto histórico da década de 1950 no Brasil que se entrelaça à criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, à criação da Fundação Dom Aguirre e suas contribuições. Neste mesmo sentido, Rodrigues (2004, p. 24) argumenta que:

A pesquisa documental implica, inicialmente, procurar, preparar, reunir a documentação, com o intuito de “compreender o assunto”, tentando abordar a totalidade. Porém, nesse caminho da história encontramos o real, muitas vezes em pequenos fragmentos, num mundo nebuloso de perdas de “memórias” geralmente intencional. Nesse sentido, a história será produzida, escrita, num contexto posterior, onde os “atores” deixam sua “pegada” e, será o historiador quem deverá tentar entender e organizar estes documentos.

Segundo Rodrigues (2004), a pesquisa documental é semelhante à pesquisa bibliográfica, no entanto, esta última utiliza as contribuições de diversos autores que pesquisam um determinado assunto. Esta se constrói por meio de um percurso de leituras de materiais que não foram, anteriormente, examinados analiticamente. Para tanto, o presente trabalho apresenta dados coletados de texto legais e documentos oficiais. Referente aos documentos, argumenta Lüdke e André (1986, p. 39) que:

² Aldo Vannucchi, professor, escritor, e um dos criadores da FDA e UNISO, e reitor da UNISO de 1994 a 2010. Fonte: Fundação Dom Aguirre.

[...] constituem também uma fonte poderosa de onde podem ser retirados evidências que fundamentam afirmações e declarações do pesquisador. Representam ainda uma fonte “natural” de informação. Não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto.

A coleta de dados e as informações a respeito da propositura desta pesquisa valeu-se também de bibliografias especializadas sobre o tema, as quais estão disponíveis na biblioteca da Universidade de Sorocaba e na base de dados da Fundação Dom Aguirre, do Colégio Dom e da Universidade de Sorocaba. No entendimento de Rodrigues (2004), os dados têm sentido quando são elaborados, organizados com objetivo de responder a questões formuladas previamente. Neste sentido, as fontes numéricas foram reunidas e usadas para responder a perguntas vinculadas ao objeto da pesquisa.

A pesquisa assumiu caráter explanatório e explicativo, posto que buscou compreender e explicar como a Fundação Dom Aguirre contribuiu para a educação no município de Sorocaba, através da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas de Sorocaba – FACCAS, do Colégio Dom Aguirre, da Universidade de Sorocaba, e seus projetos de extensão.

O texto está organizado com os seguintes capítulos:

Contextos: nacional, regional e local, na década de 1950 referente a educação no Brasil em que se procurou descrever a abordagem da educação na década de 1950 no Brasil, no contexto regional tratando sobre a educação no Estado de São Paulo na mesma época e no contexto local, identificar e descrever o contexto do município de Sorocaba referente a educação e seu desenvolvimento.

Da Faculdade de Filosofia de Sorocaba à Fundação Dom Aguirre - Procura-se descrever os fatos históricos, o início da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, a criação da Fundação Scarpa e a criação da Fundação Dom Aguirre. Buscamos identificar contribuições da Fundação Dom Aguirre para a educação, trazendo descrições referente à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, à Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas de Sorocaba – FACCAS, ao Colégio Dom Aguirre, à Universidade de Sorocaba e os Projetos de Extensão, de como foram as formas de contribuições através dessas unidades de ensino em Sorocaba, ressaltando seus respectivos dados quantitativos.

As contribuições da Fundação Dom Aguirre na Educação no município de Sorocaba e região, identificam-se as contribuições da Fundação Dom Aguirre para a educação, descrevendo referente a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, a Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas de Sorocaba – FACCAS, o Colégio Dom Aguirre, a

Universidade de Sorocaba e os Projetos de Extensão, de como foram as formas de contribuições através dessas unidades de ensino em Sorocaba, ressaltando seus respectivos dados quantitativos.

2 CONTEXTOS: NACIONAL, REGIONAL E LOCAL, NA DÉCADA DE 1950 REFERENTE A EDUCAÇÃO NO BRASIL

A intenção deste capítulo é demonstrar, através da história, o contexto da educação no Brasil, no estado de São Paulo e no município de Sorocabana década de 1950.

2.1 Contexto nacional: A abordagem da educação na década de 50

A princípio se faz importante mencionar que a educação brasileira sempre foi tema de grandes debates. O processo para se estabelecer diretrizes educacionais e definir de quem era a responsabilidade e dever de prestá-las foi moroso. A educação brasileira, inicialmente, antes do advento da República, era postulada pelo catolicismo. Entretanto, o processo de laicização do país provocou transformações em tais perspectivas de centralização religiosa. Com a influência religiosa no campo educacional diminuindo em função da separação entre o Estado e a Igreja, as autoridades eclesiásticas começaram a buscar alternativas para recuperar a força das instituições católicas. A igreja católica adotou a estratégia de se restabelecer por uma reforma pelo alto, tornando-se prioridade para a igreja a formação das elites, desencadeando a implantação de diversas redes de estabelecimentos de ensino no país. Através da educação, o solo se tornou fértil e apropriado para plantar os valores, a ética, os ideais e a moral católica. Diante deste cenário, podemos observar que a igreja católica foi e continua sendo grande influência na educação brasileira.

A década de 1950 foi marcada por grandes transformações sociais e por mudanças significativas na educação do Brasil. A sociedade brasileira passava por transformações, devido ao crescimento do capital industrial, ao pensamento progressista e moderno que estava presente no país. Segundo Medeiros Neta, Lima, Barbosa e Nascimento (2018, p. 227):

A década de 1950 foi marcada pelo forte crescimento do capital industrial brasileiro. A economia nacional apresentava fortes sinais de desenvolvimento, especialmente no tocante à implantação de indústrias (automóveis, eletrodomésticos, etc.) e a consequente criação de novos postos de trabalho que demandavam agora, novos conhecimentos.

Não somente o capital industrial cresceu, mas também a população, e novas reivindicações surgiram, pois, a sociedade estava adquirindo mais consciência de seus deveres e direitos, no entendimento de Romanelli (1986, p. 10)

O crescimento da população, a diversidade de classes a adquirir consciência de seus limites e direitos, o mundo após a guerra, com novos sistemas, ideologias opostas e crises econômicas, tudo leva às tentativas de superar a velha ordem formada desde os primeiros anos do domínio português, cristalizando-se em traços anacrônicos de difícil remoção, pela rotina, comodismo ou interesses.

A modernização industrial da década de 30 teve grandes reflexos na área da educação, pois com os novos modelos de produção no mundo do trabalho, nasceram novas exigências educacionais, alterando a estrutura da educação no Brasil, segundo Romanelli (1986, p. 59)

A intensificação do capitalismo industrial no Brasil, que a Revolução de 30 acabou por representar, determinou conseqüentemente o aparecimento de novas exigências educacionais. Se antes, na estrutura oligárquica, as necessidades de instrução não eram sentidas, nem pela população, nem pelos poderes constituídos (pelo menos em termos de propósitos reais), a nova situação implantada na década de 30 veio modificar profundamente o quadro das aspirações sociais, em matéria de educação, e, em função disso, a ação do próprio Estado.

Ocorreram duas eleições diretas na década de 50: a de Getúlio Vargas (1950) e a de Juscelino Kubistchek (1956), sendo este que assumiu o governo com o compromisso de grandes melhorias, com o slogan “50 anos em 5”. Havia então uma grande tranquilidade institucional na população porque foram quase 10 anos sem golpes de Estado.

Porém, é pertinente mencionar o governo de Getúlio Vargas na época do seu golpe de Estado, que se deu entre 1937 a 1946, pois em 1937 uma nova Constituição foi outorgada no Brasil, a qual, na perspectiva da educação, transformou em ação supletiva o que antes era dever do Estado.

Ao longo da ditadura de oito anos do governo Vargas, foi editada uma das reformas mais perduráveis do Sistema Educacional Brasileiro, as Leis Orgânicas do Ensino. Medeiros Neta, Lima, Barbosa e Nascimento (2018) indicam que “As Leis Orgânicas do Ensino, conhecidas também como Reforma Capanema, tratam das transformações projetadas no sistema educacional brasileiro envolvendo os seguintes ramos de ensino: secundário, industrial, comercial, agrícola, normal e primário”.

O conjunto das Leis Orgânicas do Ensino, editadas entre 1942 a 1946, estabeleceram o ensino técnico-profissional, nas áreas: industrial, comercial e agrícola, ainda, mantiveram o caráter eletista do ensino secundário e incorporaram o sistema paralelo oficial, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). No decorrer desses oito anos de “Estado Novo” termo pelo qual Vargas intitulou o período de sua ditadura, foram criadas diversas entidades e órgãos, tanto na esfera

da sociedade civil, quanto no âmbito da sociedade política, em função de lutas específicas atreladas às universidades, educação, e também ao movimento estudantil.

Terminado o período da ditadura de Vargas, o Brasil aprovou sua 4ª Constituição Republicana em 1946, que assegurou a liberdade de pensamento e consagrou os direitos e garantias individuais. A Constituição de 1946, reafirmou o direito de todos à educação, à obrigatoriedade e à gratuidade do ensino primário. Porém, na realidade, os princípios progressistas não foram eficazes, não garantindo a universalização da escola primária para todas as crianças. Segundo Romanelli (1986, p. 61):

O tipo de escola que passou a expandir-se foi o mesmo que até então educava as elites e essa expansão, obedecendo, como já se disse, às pressões da demanda e controlada pelas elites, jamais ocorreu de forma que tornasse universal e gratuita a escola elementar e adequado e suficiente o ensino médio superior. Assumindo a forma de uma luta de classes, a expansão da educação no Brasil, mormente a contar de 1930, obedeceu às normas da instabilidade própria de uma sociedade heterogênea profundamente marcada por uma herança cultural academicista e aristocrática.

No entendimento de Medeiros Neta, Lima, Barbosa e Nascimento (2018, p. 224):

Desta forma, os preceitos legais, especialmente aqueles decorrentes da Reforma Capanema, impossibilitavam a livre ascensão social das classes mais pobres, mantendo a educação propedêutica e a profissional direcionadas para caminhos diferentes, já que, a elite tinha acesso ao ensino propedêutica, enquanto que as classes menos favorecidas em ficavam restritas à educação estritamente profissional.

Por outro lado, a Constituição de 1946, pela primeira vez, previu, a elaboração de uma lei específica para a educação brasileira, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que viria a ser aprovada somente em 1961.

Novamente no governo, em 1950, dessa vez eleito pelo povo, Getúlio Vargas, em seu programa nacionalista, trouxe a construção de uma nação independente e desenvolvida, baseada em uma política científica e de pesquisa. Segundo Bittar, Marisa e Bittar, Mariluce (2012, p. 160):

Assim, no primeiro ano do novo mandato, criou-se o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), vinculado ao Ministério de Ciência e Tecnologia, com a função de fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico no País. No mesmo ano, teve origem a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Ainda durante o seu mandato, Vargas criou o Plano Nacional de Reparcelamento Econômico, chamados LAFER, financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico BNDE, este criado em 1951. Criou também, o Instituto Brasileiro do Café – IBC,

o Banco do Nordeste do Brasil – BNB, o seguro agrário e a Carteira do Comércio Exterior – CACEX. Outra grande criação, foi da empresa petrolífera Petrobrás, em 1953, que teria o monopólio da perfuração e refinarias de petróleo em solo brasileiro. Na década de 1950 também foram criadas as Leis de Equivalência do Ensino que segundo Medeiros Neta, Lima, Barbosa e Nascimento (2018), “[...] aparece para suprir as limitações existentes nas Leis Orgânicas do Ensino que já não respondiam às aspirações da sociedade vigente, em plena expansão econômica e industrial”. Segundo Romanelli (1986, p. 14):

O crescimento da demanda foi, por sua vez, o resultado de dois fatores concomitantes: o crescimento demográfico e a intensificação do processo de urbanização. O primeiro é responsável pelo crescimento da demanda potencial de educação e o segundo, pela evolução dessa demanda, que se torna aos poucos demanda efetiva.

A população buscava estudar, realizar uma faculdade, porém, as formas de ensino elitista barravam o acesso aos mais pobres, devido aos fatores de primeira via, ou seja, uma educação pensada e esquematizada para atender às classes mais favorecidas de recursos financeiros; e de segunda via, não existiam vagas o suficiente. No entendimento de Romanelli (1986, p. 29):

Assim como aconteceu com a cultura letrada e com a ordem econômica, a forma como se origina e evolui o poder político tem implicações para a evolução da educação escolar, uma vez que está se organiza e se desenvolve, quer espontaneamente, quer deliberadamente, para atender aos interesses das camadas representadas na estrutura do poder. Dessa forma, ainda que os objetivos verbalizados do sistema de ensino visem a atender aos interesses da sociedade como um todo, é sempre inevitável que as diretrizes realmente assumidas pela educação escolar favoreçam mais as camadas sociais detentoras de maior representação política nessa estrutura. Afinal, quem legisla, sempre o faz segundo uma escala de valores próprios da camada a que pertence, ou seja, segundo uma forma de encarar o contexto e a educação, forma que dificilmente consegue ultrapassar os limites dos valores inerentes à posição ocupada pelo legislador na estrutura social. Daí por que o poder político, vale dizer, a composição das forças nele representadas, tem atuação e responsabilidade direto na organização formal do ensino.

Getúlio Vargas, em meio a uma crise política, cometeu suicídio em 24 de agosto de 1954, assumindo a presidência o Vice-presidente João Fernandes Campos Café Filho, até as eleições de 1955.

Juscelino Kubitschek foi eleito Presidente do Brasil em 1956, governando até 1961. Em seu governo, o país intensificou a fase do nacional-desenvolvimentismo. Sob esta ideologia, foi criado o Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB, com vínculo ao Ministério da Educação e Cultura – MEC, reunindo diversos intelectuais de distintas orientações teóricas e ideológicas.

Em relação à imprensa brasileira, esta passou por um período de liberdade, visto que os jornais não dependiam tanto do Estado ou de poderosos políticos como ocorria anteriormente. A partir disto, grandes números de jornais entraram em circulação e assim iniciaram os movimentos de jornalismo, como o jornalismo político, o jornalismo moderno e o jornalismo popular.

Para a cultura do país, o momento foi muito rico, pois, ao mesmo tempo em que existia uma instauração de sua própria identidade houve, também, uma busca por aspectos ligados à modernidade. Uma mistura de características originais, com inspirações nos movimentos vanguardistas da Europa. No entanto, este período foi, essencialmente, marcado pela instauração de uma visão aberta a perspectivas de elementos simbólicos de modernização do Brasil, trazendo ares revigorantes que se estendem até os tempos contemporâneos.

Através de grande produção das indústrias brasileiras, e com um grande aglomerado de novas tecnologias que invadiram as casas da classe média brasileira. As grandes novidades estavam nos televisores, vitrolas de alta fidelidade entre outros eletrodomésticos que aperfeiçoavam um retrato do estilo de vida norte-americano no ³Terceiro Mundo.

Esse sentimento de busca pelo progresso, muito presente na época, cria uma aceleração para o crescimento de aspectos ligados à modernidade. Por isso, foram criadas novas cidades, com novos traços arquitetônicos, fazendo com que a modernidade não fosse apenas sentida, mas também visualizada. Subsequente a esta necessidade, buscou-se a expansão do ensino, contudo neste quesito, deficiente. Demonstra Romanelli (1986, p. 15) que:

II – A expansão do ensino, todavia, apesar de grande, foi deficiente, tanto em seu aspecto quantitativo, quanto em seu aspecto estrutural.
Quanto ao aspecto quantitativo, registravam-se três tipos de deficiência:
Falta de oferta suficiente de escolas;
Baixo rendimento do sistema escolar;
Discriminação social acentuada.

O governo de Juscelino Kubistchek também foi responsável pela abertura do país a multinacionais, facilitando a entrada de capital estrangeiro. O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC juntamente a Fundação Getúlio Vargas - FGV descreve que:

³ Terceiro Mundo: Economia, política. Conjunto dos países menos desenvolvidos do ponto de vista socioeconômico. (TERCEIRO..., 2022)

O governo de Juscelino Kubitschek ficou consagrado na memória política brasileira como um governo democrático, empenhado em levar o desenvolvimento a todo o território nacional. "O Brasil, dizia, estava condenado a ser grande – era questão de tempo", escreve Cláudio Bojunga no livro JK: o artista do impossível. Pois é intrigante que um governo com esses compromissos – democracia e desenvolvimento - tenha desenhado um grandioso Plano de Metas em que a educação ocupava um lugar tão subalterno. O setor de educação foi contemplado com apenas 3,4% dos investimentos inicialmente previstos e abrangia uma única meta. Formação de pessoal técnico era a meta 30, que prescrevia a orientação da educação para o desenvolvimento e não falava em ensino básico.

No governo de Juscelino Kubitschek houve apenas um ministro da Educação, o médico, professor e político, Dr. Clóvis Salgado da Gama. Este setor foi responsável pela proposta de criação da Universidade de Brasília, também despertou a formação de cursos superiores, principalmente a administração, com o pensamento de que uma elite bem preparada e formada, o Brasil se beneficiaria, podendo estender de maneira progressiva a educação ao conjunto da população.

Em relação à educação básica do país, o registro histórico mais marcante foi em 1959, através de um manifesto de educadores, intitulado como “Mais uma vez convocados”, essa intitulação se deu pelo fato de outro manifesto anterior em 1932, pelos mesmos educadores, que era na época intitulado como “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”. O redator do primeiro texto foi Fernando de Azevedo e também o de 1959, este assinado por 189 pessoas, entre elas Anísio Teixeira. O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC juntamente a Fundação Getúlio Vargas – FGV complementa que:

Após um intervalo de 25 anos, reavivava-se a plataforma de um grupo que ficara conhecido como os Pioneiros da Escola Nova. Sua bandeira, desde os anos 30, consistia na defesa, como direito dos cidadãos e dever do Estado, de uma educação pública, obrigatória, laica e gratuita. Ou seja, de uma educação garantida pelo Estado para todos os que estivessem em idade de frequentar a escola; da obrigatoriedade da matrícula sob pena de punição; da não submissão da educação a qualquer orientação confessional e, finalmente, da gratuidade da educação, para que todos, indiscriminadamente, tivessem acesso a ela.

O manifesto de 1959 foi anunciado no debate com o tema e discussões sobre o ensino básico no país, que não era uma discussão nova, porém se intensificou por diversas razões. Apesar do momento crítico, era necessário definir o papel do Estado diante a educação. Segundo Xavier (2000, p. 72)

As mudanças introduzidas [nos anos 1950] nos meios de comunicação e na indústria e a conseqüente generalização do modelo urbano de vida, com as ilusões de progresso e com suas mazelas, ampliaram as expectativas de ascensão social pela educação. A formação de uma população marginal nas grandes cidades e a necessidade de sua integração à sociedade urbana e industrial imprimiu à educação escolar não só o atributo de direito a todos, mas sobretudo, o de necessidade de todos.

O entendimento da autora aponta para a percepção de como o crescimento urbano alterou as reivindicações da classe média, fazendo-os perceber a importância do conhecimento para seu status na sociedade.

A população brasileira cresceu expressivamente entre as décadas de 1940 e 1960. Segundo estimativas da população do IBGE, em 1950 havia aproximadamente 52 milhões de brasileiros, muitos destes estavam saindo do campo para a cidade.

Ambos os fatores refletiram vigorosamente sobre a educação no país, aumentando a demanda pelo “ensino secundário”, que corresponde atualmente a segunda metade do ensino fundamental, a partir do sexto ano, e ao ensino médio - isto para alcance de melhores empregos e salários. Segundo o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil:

No final do governo JK, em 1960, registrava-se uma percentagem de 39,35% de analfabetos entre essa mesma faixa populacional. Se considerar que, no final do século XIX, os países industrializados tinham alcançado a universalização da educação, ou seja, tinham vencido a barreira do analfabetismo, é forçoso admitir que, na segunda metade do século XX, uma taxa de aproximadamente 40% de analfabetos entre a população adulta de um país que falava em modernização e desenvolvimento era alarmante.

O Brasil era considerado um país “mal-educado”, com índices de analfabetismo preocupantes. Em 1964 a educação foi mais uma vez atingida, através de um golpe. A sociedade brasileira efervescida com inovações e projetos educacionais humanistas, que mais tarde, sofreriam diretamente os impactos da repressão. As mudanças que ocorriam no desenvolvimento brasileiro, a contar de 1964, atingiram juntamente o setor educativo, segundo Romanelli (1986, p. 15):

As reformas efetuadas durante esse período visavam, teoricamente, a uma adequação maior do sistema educativo ao modelo do desenvolvimento adotado. Nesse sentido, ganhou importância a necessidade de afastar do sistema tudo quanto tivesse relação com a velha concepção de educação própria da mentalidade pré-capitalista, e os termos “eficácia” e “produtividade” adquiriram um conteúdo ideológico.

Muitos acontecimentos abalaram o sistema sócio educacional brasileiro na década de 1960, dentre alguns, a promulgação da 1ª Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei 4.024/61). Segundo Bittar, Marisa e Bittar, Mariluce (2012, p. 161)

No contexto político entre esquerda e direita, nacionalista *versus* entreguistas, no início dos anos 1960, após 13 anos de conflitos ideológicos e de lutas pela educação pública brasileira, foi aprovada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº4024, de 1961), que incorporou os princípios do direito à educação, da obrigatoriedade escolar e da extensão da escolaridade obrigatória nos seguintes termos: “A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola” (Artigo 2º); “O direito à educação é assegurado pela obrigação do poder público e pela liberdade de iniciativa particular de ministrarem o ensino em todos os graus, na forma da lei” (Artigo 3º).

A LDB 4.024/61, entre suas disposições, declarou a educação como direito do cidadão, porém não assumiu o compromisso de provê-la a todos. A lei também favoreceu a iniciativa privada por meio de subvenções e financiamentos para a construção, reforma e aquisição de equipamentos para escolas. Além disso, estabeleceu-se como diretrizes a flexibilização de cursos, constituição das universidades públicas como autarquias ou fundações, os particulares como fundações ou associações, autonomia universitária e, previsão de instalação de institutos de pesquisa.

2.2 Contexto regional: Estado de São Paulo

Em 1950, houve um aumento da população urbana, isto porque, uma parcela de 24% da população rural migrou para as grandes cidades, como exemplo, a cidade de São Paulo. Este fato ocorreu, devido ao aumento intenso de fábricas e indústrias no País. Devido às mudanças no País ligadas à economia e ao crescimento das cidades, começou-se a pensar na estrutura de uma rede, com políticas específicas para a formação de professores e no abastecimento das escolas. Neste momento, a educação passa a ser vista como fator determinante para o progresso. Segundo Iliovitz (2004, p. 21):

Ocorreram transformações na estrutura produtiva industrial. Vieram as grandes empresas e a produção em grande escala, que trouxeram o crescimento do emprego industrial e a diversificação da estrutura social, exigindo mudanças no mundo rural e no terciário. Novas formas de articulação entre agricultura e indústria impuseram novos métodos de produção, como intensificação da quimificação e da tecnificação, que resultaram no incremento da produtividade do trabalho, na incorporação de outros cultivos e nas transformações das relações do trabalho (urbanização da mão-de-obra rural).

Todas essas mudanças apareceram claramente na urbanização do estado de São Paulo, primeiramente na metrópole e seu entorno (1º ciclo do período da industrialização pesada, em sua fase ascendente 1956-1960), e depois de forma crescente na rede urbana do interior do estado (2º ciclo ascendente, de 1968-1973).

O desenvolvimento da economia do setor cafeeiro, a diversificação agrícola mercantil e a implantação de setores industriais desencadearam o amplo processo de modernização da economia paulista.

Juntamente com o desenvolvimento econômico, o surgimento do ensino superior no estado de São Paulo, com base e estrutura de um modelo já existente no Brasil, realizado por D. João VI, baseado em poucas escolas de qualidade mantidas pelo Estado e destinadas à elite, e muitas escolas de nível superior, privadas ou comunitárias, conforme menciona Rossini (2015, p. 31):

[...] o ensino superior no Estado de São Paulo surgiu e estruturou-se, inicialmente, segundo o modelo já existente no país inaugurado por D. João VI, basicamente dual: poucas escolas de qualidade, diretamente planejadas e geridas pelo Estado, destinadas à elite, e uma grande constelação de escolas superiores, privadas ou “comunitárias”, fruto de prisões sócio-políticas dos estratos médios, ocupando o segundo plano na escola de prestígio social.

Os desenvolvimentos econômicos gerados através dos processos de industrialização, do crescimento agrícola e o comércio, refletem diretamente na criação de cursos e faculdades, esses se transformam juntos ao desenvolvimento econômico-social e a estrutura produtiva do Estado. Nosella e Buffa (2005, p. 172) classificam três tipos de instituições (faculdades e cursos) que são criados através dessas mudanças, que são: as orgânicas, tradicionais e a mista, conforme descrição:

A relação do ensino superior com o desenvolvimento econômico-social permite distinguir três tipos de instituições: instituições (faculdades, cursos) orgânicas que surgem de determinadas necessidades práticas e desaparecem quando essas mudam; instituições (faculdades, cursos) tradicionais que mantêm com o desenvolvimento econômico uma relação indireta, perdurando todos as fases econômicas; em terceiro tipo, que chamaríamos de mista – orgânica – tradicional – pois abrigam cursos tradicionais e orgânicos.

A expansão do sistema universitário estadual paulista estava interligada diretamente ao desenvolvimento econômico da época. Pode-se descrever essa expansão como aquelas que correspondiam às necessidades práticas da sociedade e de interesse político. Segundo Rossini (2015, p. 33) no período de 1950 a 1961, foram criadas 42 faculdades não estaduais, 12 na capital e 20 no interior:

A década de 1950 viu surgir não só a Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCAMP) (1955) como inúmeras faculdades isoladas, particulares e, principalmente, as seis primeiras Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, institutos isolados de ensino superior, criados e mantidos pelo governo estadual e que juntamente com outros criados posteriormente vão compor, em 1976, a UNESP, a terceira universidade pública estadual paulista. No período de 1950 a 1961, foram criadas 42 faculdades não estaduais, 12 na capital e 20 no interior.

Notoriamente, a década de 1950 foi marcada com grandes transformações, essas, resultado da movimentação da industrialização, impulsionando o crescimento do mercado em diversas áreas. Não somente em grandes metrópoles, mas no interior também se observava esse desenvolvimento. E, paralelamente, a preocupação de instalação de faculdades e redes de ensino. No ano de 1954, final do governo de Getúlio Vargas, a expansão continuava, com o sistema de rede de universidades federais, universidades católicas, instituições estaduais e municipais, como exemplo, a Faculdade de Medicina de Sorocaba, administrada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como descreve Rossini (2015, p. 28):

No fim do governo de Getúlio Vargas, em 1954, o número de instituições de educação superior continuou crescendo até 1960, época da formação da rede de universidades federais; criação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (a primeira de uma série de universidades católicas); expansão do sistema universitário estadual paulista e o surgimento de instituições estaduais e municipais de ensino de menor parte em todas as regiões do país, resultando no caso de Sorocaba a administração da Faculdade de Medicina pela própria Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Em 1950, exigia-se curso superior para desempenhar a função de Diretor de Escola, essa exigência fez com que aumentassem os cursos de especializações, e também, a procura nos cursos de Pedagogia. A trajetória dos profissionais da área da educação estava vinculada à expansão de oportunidades escolares, vinculada juntamente ao processo de profusão do capitalismo.

A classe trabalhadora intensificou sua procura por vagas nas escolas, buscando uma ascensão social que se impôs como necessidade no processo de mobilidade de classes. Essa demanda crescente fez com que o Estado acolhesse o papel de responsável por construir e instalar as escolas. No entendimento de Rossini (2015, p. 34):

O Estado de São Paulo, que passava por uma efetiva industrialização, empenhou a instalação de escolas de curso ginásial, principalmente em cidades do interior sob forte influência do governo, enquanto outros Estados se ocuparam na instalação de escolas primárias.

Havia dois tipos de estrutura no ensino médio, um pelo qual os concluintes do ramo secundário poderiam em seguida entrar no ensino superior, e outro pelo qual os concluintes do ramo profissional somente poderiam ingressar no ensino superior se cumprissem exigências de

complementação curricular. Porém, essas estruturas começaram a ser desconstruídas na década de 1950, através da Lei Federal nº 1076, que segundo Cunha (1985, p. 79):

[...] assegurava o direito de matrícula nos cursos clássicos e científicos (2º ciclo do ensino médio) aos egressos dos cursos comercial, industrial e agrícola do 1º ciclo, estabelecendo, entretanto, como restrição, a aprovação em exames das disciplinas do ginásio não estudadas naqueles cursos. Os concluintes do 1º ciclo do ensino normal continuavam podendo se candidatar apenas ao 2º ciclo do mesmo ramo. A lei ia mais além e determinava a “equivalência” do diploma de conclusão dos cursos técnicos comerciais ao 2º ciclo secundário. Os portadores daqueles diplomas, até então, somente podiam se candidatar aos cursos superiores tidos como diretamente relacionados ao comercial técnico. A partir dessa lei, podiam se inscrever nos exames vestibulares de quaisquer cursos superiores.

A ampliação para a entrada ao ensino superior, somente se deu através da Lei 1.821, de 12 de março de 1953 (BRASIL, 1953), que estabelecia:

Art. 2º Terá direito à matrícula na primeira série de qualquer curso superior o candidato que, além de atender à exigência comum do exame vestibular e às peculiares a cada caso, houver concluído:

I - O curso secundário, pelo regime da legislação anterior ao Decreto-lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942;

II - O curso clássico ou o científico, pela legislação vigente;

III - um dos cursos técnicos do ensino comercial, industrial ou agrícola, com a duração mínima de três anos;

IV - O 2º ciclo do ensino normal de acordo com os Artes. 8º e 9º do Decreto-lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946, ou de nível idêntico, pela legislação dos Estados e do Distrito Federal;

V - Curso de seminário de nível, pelo menos, equivalente ao curso secundário e ministrado por estabelecimento idôneo.

VI - Cursos de Formação de Oficiais, ministrados pelas Polícias Militares das unidades federadas, desde que: (Incluído pela Lei nº 3.104, de 1957)

a) tenham duração mínima de 3 (três) anos; (Incluído pela Lei nº 3.104, de 1957)

b) constem do seu currículo 5 (cinco) disciplinas do curso colegial entre as quais português e francês ou inglês, lecionados, pelo menos, durante 2 (dois) anos; (Incluído pela Lei nº 3.104, de 1957)

c) exijam para matrícula o diploma de curso ginásial federal, equiparado ou reconhecido. (Incluído pela Lei nº 3.104, de 1957)

VII Cursos ministrados em institutos idôneos de país estrangeiro, equivalentes aos do segundo ciclo da atual legislação brasileira, desde que preenchidas as seguintes condições: (Incluído pela Lei nº 3.104, de 1957)

a) vetado ... diplomas ou certificados expedidos pelos respectivos estabelecimentos de ensino de grau médio; (Incluído pela Lei nº 3.104, de 1957)

b) cumprimento das exigências de adaptação relativamente ao plano de estudos da lei que dispuser sobre o ensino médio brasileiro; (Incluído pela Lei nº 3.104, de 1957)

c) prestação de exames complementares em estabelecimento federal ou equiparado sobre os programas dos 2 (dois) ciclos de Português, História do Brasil e Geografia do Brasil. (Incluído pela Lei nº 3.104, de 1957)

Parágrafo único. Sem prejuízo das exceções admitidas em lei, exigir-se-á sempre do candidato, não habilitado no ciclo ginásial, ou no colegial, ou em nenhum dos dois, exame das disciplinas que bastem para completar o curso secundário.

Dessa maneira, o ingresso no 2º ciclo do ensino secundário, clássico ou científico, tornou-se facultado aos concluintes do 1º ciclo do ensino normal e aos concluintes de cursos de

formação de oficiais das polícias militares estaduais e do Distrito Federal. Também foi estendido para os concluintes do 2º ciclo dos cursos industriais, agrícolas, normais e egressos dos seminários maiores, o direito de se inscreverem nos vestibulares, desde que, se realizassem os requisitos estabelecido, de equivalências, através da complementação curricular da época.

Independentemente, ainda havia a discriminação na estrutura educacional no Brasil, pois o segundo grau era dividido em ensino secundário, pelo qual preparava os estudantes para o ensino superior, atendendo a interesses da elite brasileira; e em ensino profissionalizante, que tinha como intenção a formação da grande maioria da população, transformando-os em mão-de-obra para o mercado de trabalho capitalista. Segundo Rossini (2015, p. 35):

O discurso de que a escola média seria para todos e a pressão das massas populares visando aumentar o número de escolas e de vagas para o 2º grau, não garantia a mesma qualidade de ensino em todas as escolas.

Contudo o exame vestibular se tornaria um obstáculo para que o aluno ingressasse no ensino superior, pois a realidade em escolas da classe mais desfavorecida economicamente da população não se assemelhava a realidade da escola da população mais alta economicamente, para um ingresso em um ensino superior gratuito. Essa ascensão social pela busca do ensino superior abriria um caminho enorme para a criação das escolas superiores de ensino privado.

O aumento da população, principalmente urbana, fez aumentar a demanda de procura por ensino superior, pois, a classe média crescia, e juntamente novas oportunidades de trabalho. Neste sentido, o setor público ficou encarregado de criar não somente mais vagas, como também novos tipos de cursos e novos tipos de instituições. Percebe-se que, o estado de São Paulo teve sua relação com a educação superior ligada ao seu desenvolvimento econômico. Observa-se que o contexto da década de 1950 era propício para a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. O ensino superior era voltado para a elite. Nesta época, com o aumento da população urbana, havia progresso na economia, e a necessidade de mais escolas e conseqüentemente mais professores.

2.3 Contexto local: Município de Sorocaba e seu desenvolvimento

Sorocaba - “Terra-rasgada ou erosão” na linguagem dos povos indígenas Tupi Guarani - foi constituída por volta de 1580 e Fundada em 1654. A cidade faz parte de um dos núcleos populacionais mais antigos do país. Segundo Iliovitz (2004, p. 3):

Sorocaba possui uma história peculiar e distinta das outras regiões do interior paulista. Sua sociedade e sua economia não se desenvolveram diretamente pautadas nas plantações de café escravistas, mas sim, no comércio tropeiro que interligava diversas províncias do país. Por estar localizada estrategicamente entre algumas regiões

importantes da época, Sorocaba tornou-se um ponto de encontro entre as rotas comerciais, abrigando a mais importante feira de mueres no país. Pessoas de todo o país se reuniam nesta feira anual que, cada vez mais, ditada o ritmo da acumulação de capital e de organização urbana e comercial do povo sorocabano. A partir de então, inicia-se o processo de industrialização.

Sorocaba é sede da 4ª Região Administrativa do Estado de São Paulo, reunindo ao seu entorno 79 cidades, certo de que 75% da população de universitários da referida região estudam em Sorocaba, mas este é um fato da atualidade. Na década de 1950 não havia faculdades em Sorocaba. fazendo que os que desejavam ingressar no ensino superior saíssem da cidade para estudar na capital em São Paulo. Segundo Sonoda (2006, p. 5):

[...] O desenvolvimento da região de Sorocaba é observado com base numa periodização decorrente do processo de acumulação do capital ocorrido no estado de São Paulo, a qual, segundo os trabalhos desenvolvidos pelo Instituto de Economia da Unicamp, compreende: as duas primeiras décadas do século XX; o início do processo de industrialização, que vai da crise de 1929 até 1955; e a industrialização pesada, de 1956 a 1980.

A cidade de Sorocaba se destaca quando o assunto é desenvolvimento, esta é a razão pela a qual se diferencia de outros centros do interior paulista. Rica em atividades comerciais e polo de grandes indústrias. Sorocaba ficou marcada pelas indústrias têxteis, essas que foram determinantes para as transformações da estrutura da cidade, e também marcada pela Estrada de Ferro Sorocabana (EFS). O transporte ferroviário de Sorocaba possibilitou a fase do acúmulo de capital e a abertura de novos municípios por sua estrada de ferro, conforme explana Iliovitz (2004, p. 15):

Assim, em 1870, pelo fato de Sorocaba se localizar em um ponto estratégico entre as rotas comerciais de várias regiões, optou-se pela construção de uma ferrovia exclusiva para a cidade que seria viabilizada através de uma assinatura de ações e, em 1875, foi inaugurada a Estrada de Ferro Sorocabana. Entre 1870 e 1880, as ferrovias estavam no auge de sua expansão pelo Estado de São Paulo, ajudando a ampliar os limites da fronteira agrícola existente.

A expansão da infraestrutura de Sorocaba se dava das áreas próximas ao centro da cidade e os novos bairros criados próximos ao rio em direção a Votorantim, nesse momento, existiam dois vetores de crescimento, que segundo Rossini (2015, p. 37):

O primeiro, denominado Além Linha, acontecia do centro em direção ao norte e concentrava grande parte das vilas operárias que se formavam pelo conjunto de fábricas têxteis instaladas e oficinas que faziam o atendimento à Estrada de Ferro Sorocabana. O segundo vetor, chamado Além Ponte, seguia para leste e fazia a ligação de Sorocaba com São Paulo.

Todo o processo urbano e de desenvolvimento econômico fez com que boa parcela dos munícipes jovens da cidade fossem absorvidos pelo mercado de trabalho, ocorrendo a exigência pela escolarização em nível elevado, e pela educação superior.

Assim como em todo o país, a demanda por escolarização se apresentou tardia em Sorocaba, só acontecendo quando o alijamento escolar da população começou a ser empecilho para o desenvolvimento econômico pretendido (ROSSINI, 2015). Os setores industriais, de comércio e de serviços centralizaram as principais bases de economia de Sorocaba.

Para suprir as necessidades locais, instalaram-se algumas escolas próximas às fábricas para atender predominantemente a população trabalhadora fabril. Segundo Neves (1998, p. 15), “Estávamos, então, nos meados da década de 50, vivendo num centro comercial e de serviços, em constante crescimento. Como consequência desse progresso econômico, Sorocaba, também, estava se tornando um grande centro estudantil e universitário.”

A cidade vivia um período de muito progresso, tendo se tornado um polo industrial de referência internacional, tendo sido conhecida como "Manchester Paulista". Com crescimento constante, Sorocaba vivia um crescimento comercial e de serviços, muito pujante. Como consequência deste crescimento, Sorocaba precisava de mais segmentos de formação, pois aqueles que aqui moravam, precisavam se deslocar até São Paulo para realizar um curso superior. Segundo Neves (1998, p. 16):

De suas economias Sorocaba enviou, em 1953, para a União e para o Estado mais de trezentos milhões de cruzeiros; continuava, assim, laboriosa, enriquecendo e honrando o precioso patrimônio de seus antepassados. A faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba seria a continuação dessa herança, fruto de sacrifícios e heroísmo de pessoas como Dom José Carlos de Aguirre, primeiro bispo de Sorocaba, Padre André Pieroni Sobrinho, Monsenhor Francisco Antônio Cangro e Dr. Gualberto Moreira; todos marcados pelo amor à nossa terra e desassombro de fé, que se uniram no firme propósito de dotar Sorocaba de uma faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Havia apenas 32 Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras no Brasil nesta época. A mais antiga no Brasil é a Faculdade de Filosofia de São Bento, criada por iniciativa de Dom Miguel Kruse, O.S.B., fundada no ano de 1908, então abade do Mosteiro de São Bento de São Paulo e hoje integrada à PUC Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Todas as demais datam de 1930 para cá. Segundo Rossini (2015, p. 21):

O início da expansão da educação superior que atingiria Sorocaba no fim da década de 1940 se inicia com o processo de modernização do ensino em 1920. Ao lado da urbanização e de transformações econômicas que decorreram da industrialização, houve uma verdadeira renovação cultural. Esse movimento modernizador atingiria a educação.

Segundo os dados do IBGE 1950/1960, na década de 50, Sorocaba contava com 102.000 habitantes, 20.210 estudantes distribuídos em 21 grupos escolares, 10 ginásios e colégios, 4 escolas normais, 2 escolas profissionais, 2 escolas do SENAI, 1 curso comercial, o Seminário Diocesano "São Carlos Borromeu", a Faculdade de Medicina, a Escola de Enfermagem, "Coração de Maria" e, a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Sorocaba. De acordo com Neves (1998, p. 17):

São Paulo era um dos Estados do país que maior número de estabelecimentos de ensino secundário possuía, espalhados pelo seu vasto território, e a cada momento surgiam novos ginásios e colégios, resultando daí uma conseqüente exigência de maior número de professores licenciados por Faculdades de Filosofia. A criação da de Sorocaba viria, então, resolver o problema de formação de professores para os ginásios e colégios da cidade e do interior, até então, nas mãos de muitos profissionais leigos, autodidatas, o que acarretava um evidente prejuízo para a formação intelectual dos nossos jovens.

Nas comemorações do terceiro centenário de sua fundação, Sorocaba inaugurava, no dia 07 de março de 1954, a sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, trazendo para o município e região uma unidade de Ensino Superior, com o objetivo de formar professores e auxiliar na formação intelectual de jovens e adultos.

Na contemporaneidade, Sorocaba está em 4º lugar como município mais populoso do interior paulista, e o mais populoso da região sul paulista, com uma população de 695.328 habitantes segundo IBGE, está em 11º no PIB do estado de São Paulo e em 23º no PIB do Brasil (IBGE -2017 PIB dos Municípios) e em 7ª cidade do Estado de São Paulo com maior potencial de consumo (Sorocaba-SP/Brazil City's Book 2020). A cidade de Sorocaba tem 367 anos e é um importante polo industrial do Estado de São Paulo e do Brasil, com uma produção que chega a mais de 120 países, atingindo um PIB acima dos R\$ 31 bilhões (Sorocaba-SP/Brazil City 's Book 2020).

As principais bases econômicas de Sorocaba são indústrias, comércio e serviços, com mais de 55 mil empresas instaladas (Sorocaba-SP/Brazil City 's Book 2020). A cidade de Sorocaba em 2018, esteve em 7º lugar como a cidade do Estado de São Paulo com maior potencial de consumo, segundo o ranking realizado pelo IPC Maps, da IPC Marketing Editora.

3 DA FACULDADE DE FILOSOFIA DE SOROCABA À FUNDAÇÃO DOM AGUIRRE

O objetivo deste capítulo é descrever os fatos históricos que deram origem a Fundação Dom Aguirre, desde sua criação, que se deu através da necessidade de criar uma fundação para ser a mantenedora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba. E é objetivo também deste capítulo, discorrer sobre a Fundação Scarpa, a fundação antecessora da Fundação Dom Aguirre.

3.1 Início: Faculdade de Filosofia

Oficialmente, tudo começou em 30 de dezembro de 1952, quando o Exmo. Sr. Presidente da República Federativa do Brasil Getúlio Vargas, assinou o Decreto nº 32.038, publicado no Diário Oficial da União, em 24 de fevereiro de 1953, concedendo a autorização de funcionamento dos cursos de Filosofia, Geografia, História e Letras Neolatinas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba. As primeiras dificuldades para a instalação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, se deram por falta de verba orçamentária e também de instalações adequadas a faculdade, motivo pelo qual a faculdade não pode ser instalada em 1953.

Foi somente em 15 de março de 1954 que a Faculdade iniciou as suas atividades. Como não dispunha de prédio próprio, no início suas aulas foram ministradas no prédio do então Colégio e Escola Normal Municipal “Dr. Getúlio Vargas”. Neste momento, a faculdade usava as instalações daquela escola, em forma de cessão.

Mas toda a história de como nasceu a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Sorocaba começou bem antes de o Presidente Getúlio Vargas autorizar seu funcionamento.

Os cidadãos de Sorocaba almejavam ter uma faculdade na cidade e para que isso se transformasse em realidade um longo caminho foi percorrido. Seria necessário, em primeiro lugar, um imóvel para seu adequado funcionamento. Como a criação da faculdade era um assunto de interesse público, o problema foi encaminhado à Prefeitura Municipal de Sorocaba. Segundo Rossini (2015, p. 48):

Havia em Sorocaba, em 1948, interessados em criar escolas superiores: Padre André Pieroni, ligado à Diocese, projetava instalar uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, destinada a formar professores para escolas secundárias; outro interessado era o prefeito Gualberto Moreira, médico, que queria dotar a cidade de uma escola médica.

O primeiro momento público foi, na noite de 13 de abril de 1951, a comunidade sorocabana aguardava com muita ansiedade que a Prefeitura Municipal de Sorocaba fizesse a desapropriação do imóvel da Chácara Trujillo, local onde hoje a Fundação Dom Aguirre abriga o Campus Trujillo da Universidade de Sorocaba e o Colégio Dom Aguirre. Foi então, naquela noite, em sessão realizada pela Câmara de Vereadores de Sorocaba, que foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo para desapropriar o referido imóvel a fim de ser instalada a faculdade.

Neves (1998) descreve que esse projeto provocou uma sessão de calorosos debates na Câmara Municipal. Apesar de haver um parecer favorável da Assessoria Jurídica da Câmara Municipal, havia posicionamentos contrários a desapropriação, principalmente pelo valor dado ao imóvel de Cr\$ 1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil cruzeiros) que era considerado muito alto. No entanto, havia também muitos cidadãos lutando em favor da causa, inclusive um abaixo assinado com 3.000 (três mil) assinaturas de estudantes da cidade favoráveis à aprovação do projeto. Seis vereadores eram contrários à aprovação, sendo eles: Jorge Moisés Betti; Mario Fazzio; Silvio Rosa Santos; Juvenal de Campos; Benedito de Paula e Augusto de Lima, esclarecendo que não eram contrários à instalação da Faculdade, mas por falta de formalidades e também por não concordarem com o local a ser instalada a Faculdade.

Finalmente, o projeto foi aprovado e se transformou na Lei Municipal nº 7/51. A residência que foi de Josef Frank Speers e de Alberto Trujillo, e que um dia abrigara o Quartel do 7º Batalhão de Caçadores Paulistas e depois o 7º Batalhão Policial, estava agora destinada a ser a morada da tão sonhada Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Sorocaba.

Em 10 de agosto de 1951, em três sessões extraordinárias da Câmara Municipal de Sorocaba foi aprovado o Projeto de Lei 79/51, originário da Prefeitura Municipal de Sorocaba, criando a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Sorocaba. Foi uma noite de longos e acalorados debates.

Em 23 de agosto de 1951, o Prefeito Municipal de Sorocaba, Sr. Armínio Vasconcellos Leite, promulgou a Lei 233/51, que criou a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Sorocaba. No entanto, para que ela pudesse iniciar suas atividades seria necessário, ainda, a autorização de funcionamento pelo Governo Federal.

Os poderes públicos de Sorocaba ficaram preocupados com a responsabilidade que haviam acabado de assumir; em razão da necessidade de se formar uma Faculdade com o mais alto nível de ensino, um ensino verdadeiramente universitário. Assim, o Sr. Prefeito Municipal, através do ofício 945 de 26/11/51, consultou a Diocese de Sorocaba se a mesma "poderia ficar encarregada da parte administrativa da Faculdade". Em resposta ao ofício, o Sr. Bispo, Dom José Carlos de Aguirre, em 27/11/1951 escreveu:

A Diocese de Sorocaba aceita prazerosamente, a oferta dessa Prefeitura no sentido de encarregar-nos a administração da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, com as seguintes ressalvas: 1. A Diocese ficará na sua administração alheia a qualquer injunção política ou vínculo de sujeição; 2. A Diocese terá toda liberdade de escolha do corpo docente, discente e administrativo da Faculdade.

Na verdade, este ofício resposta, confirmava os entendimentos pessoais que haviam acontecido entre o Sr. Bispo Diocesano e o prefeito Municipal.

No dia 27 de novembro de 1951, a Câmara Municipal de Sorocaba apreciou o Projeto de Lei nº 115/51, de autoria do Prefeito Municipal de Sorocaba, colocando a administração da Faculdade à Diocese de Sorocaba e no dia 4 de dezembro de 1951, o Prefeito Municipal de Sorocaba, Sr. Armínio Vasconcellos Leite promulgou a Lei nº 251 que dispunha sobre a entrega da administração da Faculdade para a Diocese de Sorocaba. Caberia à Prefeitura Municipal de Sorocaba, a manutenção financeira da Instituição.

Muitas pessoas protestaram por este ato. Um destaque para o protesto do então vereador Juvenal de Campos, que usou a tribuna do legislativo para um longo discurso propondo a revogação do ato. A razão dos protestos se deu, por não considerarem o ato como constitucional, principalmente pela decisão de o município entregar a administração de um estabelecimento próprio a um terceiro, conforme explica Neves (1998, p. 20):

Não faltaram aqueles que se propuseram a combater o projeto, por achá-lo inconstitucional, e o Município, por entregar a administração de um estabelecimento seu a terceiros. Atrás desses argumentos havia outros inconfessos. Quatro vereadores votaram contrariamente ao projeto de lei, tendo um deles abandonado o recinto, em sinal de protesto pela sua aprovação.

Ao mesmo tempo, alguns vereadores foram favoráveis e deixaram muito claras suas posições, entre eles: Humberto Reale, Nilton Vieira de Souza e Otto Wey Neto.

Após todos esses trâmites para a criação da Faculdade, era necessário ainda, solicitar ao Ministério da Educação a autorização de funcionamento da recém-criada Faculdade, condição está, ⁴“*sine qua non*” para que a Instituição pudesse funcionar. Segundo Neves (1998, p. 20, grifo nosso):

Após a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, por força da Lei Municipal nº 233/51, era necessária a nomeação de seus primeiros Diretores, aos quais caberia o árduo trabalho de montar o pedido de autorização de funcionamento da recém-criada Faculdade, a ser encaminhado ao Ministério da Educação, condição “*sine qua non*” para que o estabelecimento pudesse funcionar legalmente. O Sr. Prefeito Municipal, pela Portaria nº 1733/51, nomeava para os cargos de Diretor e Vice-Diretor, respectivamente, Mons. Francisco Antônio Cangro e Côn. André Pieroni Sobrinho. Eram também nomeados o Prof. Carlos Tolomioti de Oliveira para Secretário Geral da Faculdade e o Sr. Sílvio Campolim para contador.

⁴ “*Sine qua non*” significa “Sem a qual não”, tem a conotação de indispensável e essencial.

Vale notar que, o ⁵Padre André Pieroni somente aceitou o cargo de Vice-Diretor da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Sorocaba, para cumprir aquele seu voto pessoal de trazer à cidade uma Faculdade Filosofia. Padre André Pieroni era reconhecido por seu trabalho realizado para fundar a primeira Faculdade de Medicina no interior do Brasil. Sem descansar nessa nova batalha, Pe. André Pieroni agia na esfera municipal, contatando e congregando as forças vivas da cidade, em seguidas reuniões. Padre, político, educador e um grande idealizador de faculdades em Sorocaba, Pe. Pieroni foi fundamental na criação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Sorocaba. Conforme descreve Rossini (2015, p.47) havia em Sorocaba, em 1948, interessados em criar escolas superiores; Padre Pieroni, ligado à Diocese, projetava instalar uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, destinadas a formar professores para escolas secundárias.

No dia 1º de outubro de 1951, o Diretor da Faculdade Monsenhor Francisco Antônio Cangro, enviava ao Ministério da Educação, o processo solicitando autorização para o funcionamento da Faculdade, o qual foi protocolado sob nº 87.090/51. Após análise do Conselho Nacional da Educação, relatado pelo Conselheiro Josué C. d’Affonseca, o processo foi baixado em diligência, por ter sido considerado falho e incompleto, conforme parecer 430 de 17/11/1951. Os Diretores da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, imediatamente tomaram as providências necessárias para sanar as falhas apontadas e novamente protocolaram junto ao Ministério da Educação, nova documentação, cumprindo as exigências apontadas no primeiro parecer.

Em 22 de março de 1952, foi publicado o Parecer 49/52, relatado pelo Conselheiro Samuel Libânio, favorável ao pedido de autorização de funcionamento da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Sorocaba. No entanto, o Conselheiro Almeida Júnior votou contrário ao pedido e pediu vistas ao processo, apontando falhas, tais como, a falta da composição do corpo docente, instalações adequadas para seu funcionamento e verbas para sua manutenção. Esse parecer contrário foi emitido no dia 5 de abril de 1952 e, novamente, os diretores da faculdade tomaram as providências necessárias para atender às exigências feitas pelo senhor Conselheiro. No dia 19 de outubro de 1952, após cumprimento de todas as exigências, o Conselheiro Isaias Alves, através do Parecer 207/52, emitiu parecer favorável ao funcionamento dos cursos de Filosofia, Geografia, História e Letras Neo Latinas. Por um lapso, foi omitido o curso de Pedagogia.

⁵ Padre André Pieroni Sobrinho (1910 – 1972) faleceu aos 62 anos, era e continua sendo considerado “Pai das faculdades sorocabanas”.

Após a permissão de funcionamento dos cursos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, ainda era necessário o Decreto Presidencial, para que a Faculdade pudesse dar início às suas atividades.

Foi então, no dia 30 de dezembro de 1952, que o Presidente da República Getúlio Vargas, assinou o Decreto 32.038, publicado no Diário Oficial da União, em 24 de fevereiro de 1953, concedendo a autorização de funcionamento dos cursos de Filosofia, Geografia, História e Letras neolatinas da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Sorocaba.

A Faculdade começou a funcionar, finalmente, em 8 de março de 1954, mas à custa de mais um gesto nobre do Pe. André Pieroni. É que, por motivo político-partidário, o senhor Prefeito exigiu a substituição dos diretores antes nomeados, para que os cursos passassem a funcionar, o que o Padre acatou sem nenhum questionamento. Segundo relatos de Aldo Vannucchi, que já trabalhava na esfera educacional na época, o povo e a imprensa lamentaram aquela medida discricionária do poder executivo. Pe. André Pieroni estava sendo vítima de flagrante injustiça, mas ele silenciou, convicto do que realizara, sempre pronto para novas batalhas pela população e pela Igreja. Conforme Rossini (2015, p. 61) menciona o Pe. André Pieroni foi:

Responsável direto pela transformação de Sorocaba num centro universitário, o Pe. Pieroni não chegou a desfrutar de suas funções em qualquer das escolas que viu nascer. Uma das condições colocadas para a implantação da Filosofia, por exemplo, foi sua desistência ao cargo que possivelmente exerceria como vice-diretor, que acatou sem questionar, devido a sua estrita relação com político Gualberto Moreira e seu partido que haviam deixado o executivo.

A mesquinhez da política local condicionou sua saída do governo da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Sorocaba, mas acabou ressaltando a grandeza de alma desse imperturbável lutador. Ele foi sempre assim, pronto para as horas mais difíceis e sempre ausente em sessões de reconhecimento e de homenagens à sua pessoa.

O parecer nº 221, de 23 de julho de 1954, do Conselho Nacional de Educação, relatado pelo Conselheiro Almeida Júnior, aprovou o novo corpo docente, depois de muitos sacrifícios e renúncias do Mons. Antônio Pedro Misiara, o diretor da época. Este parecer, além da aprovação do novo corpo docente, também aprovou as modificações curriculares propostas, bem como as suas novas instalações. Já no parecer nº 432 de 11 de novembro de 1954, foi aprovado o funcionamento do curso de Pedagogia, que por omissão do primeiro parecer, que autorizou o funcionamento dos demais cursos, havia ficado de fora.

3.2 Criação da Fundação Scarpa

Diante de muitas dificuldades financeiras para manter a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Dom José Carlos de Aguirre, por seu representante legal, Monsenhor José Pires de Almeida, no dia 7 de agosto de 1954, foi ao encontro da família Scarpa, pioneira e proprietária de indústria têxtil em Sorocaba, em busca de recursos financeiros para a manutenção e investimentos da Faculdade. Participaram da reunião, o Prefeito Municipal de Sorocaba, Dr. Emerenciano Prestes de Barros, os comendadores Francisco Scarpa e Nicolau Scarpa Junior, Dona Joaquina de Cunto Scarpa, Senhora Diamantina Mc'Clélland Scarpa, a Sra. Alicia Adela Mosso de Scarpa, Monsenhor Antônio Pedro Misiara, Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, Comendador Heitor Antunes e o Senhor Doracy Amaral, Diretor Administrativo da Prefeitura Municipal de Sorocaba. Nesta reunião foi criada a Fundação Scarpa, cujo nome era uma homenagem à família. Elaborados seus estatutos, regimentos e demais documentos pertinentes, com o aval do Ministério Público, foi registrada a Fundação Scarpa, por escritura lavrada às folhas 278, do Livro de Registro de Pessoas Jurídicas do 2º Ofício da Comarca de Sorocaba, no dia 10 de setembro de 1954, data natalícia de Dona Joaquina de Cunto Scarpa, genitora da família. No dia 25 de setembro de 1954, foi oficializado a transferência para a Fundação Scarpa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, através da Lei Ordinária Municipal de nº 376:

LEI Nº 376, DE 25 DE SETEMBRO DE 1954:

Transfere para a Fundação Scarpa a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Municipal de Sorocaba, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Sorocaba decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º A Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras Municipal de Sorocaba, criada pela Lei nº 233, de 23 de agosto de 1951, fica transferida para a Fundação Scarpa, entidade com sede nesta cidade, que terá a responsabilidade da administração, manutenção e outros encargos decorrentes do funcionamento da referida Faculdade, na forma dos seus estatutos. (Vide Leis nº251/1951, 458/1956, 1153/1963 e 1368/1965)

Art. 2º Fica a Prefeitura Municipal autorizada a doar à Fundação Scarpa o imóvel de propriedade da Municipalidade, abaixo caracterizado, situado nesta cidade, conforme planta organizada pela Diretoria de Viação e constante do Processo nº 3.752/54-PM., destinados às instalações da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba e de outros institutos complementares e suplementares afins, a saber:

- Um terreno, de forma mais ou menos triangular, com a área de 7.765,00 m² (sete mil, setecentos e sessenta e cinco metros quadrados), inclusive benfeitorias, confrontando pela frente, na extensão de 126,00m, com a avenida Gonçalves Guimarães, e de 68,00m, com a rua Marília; de um lado, na extensão de 68,00 m, com quem de direito; e pelos fundos, na extensão de 177,00 m, com a avenida Adhemar de Barros.

Parágrafo único. Na hipótese de ser aproveitado em fim diverso daquele a que foi destinado ou no caso de extinção da Fundação, o imóvel doado reverterá ao patrimônio municipal, com as benfeitorias existentes, independentemente de qualquer indenização.

Art. 3º Fica concedida, a partir de 1955, uma subvenção anual de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) à Fundação Scarpa, destinada a auxiliar a manutenção da Faculdade de Filosofia, ciências e Letras de Sorocaba, para o que serão consignadas verbas próprias nos próximos orçamentos.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições as disposições em contrário.

Sorocaba, em 25 de setembro de 1954.

Emerenciano Prestes de Barros

Prefeito Municipal

A família Scarpa, com muito dinamismo, tomou as primeiras providências, realizando a reforma do prédio cedido pela Prefeitura Municipal de Sorocaba, instalando a tão fundamental biblioteca universitária, e também empregando verba para a sua manutenção, além daquela que a Faculdade já recebia do Município de Sorocaba.

Em 21 de junho de 1954, às 10 horas, foi inaugurada a Biblioteca da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Sorocaba, possuindo em seu acervo 2.500 volumes, além de revistas e jornais especializados. Nesta tão especial ocasião Dona Joaquina do Cunto Scarpa foi homenageada, recebendo um ramalhete de flores, da aluna Neide Carriel. Neste mesmo ano de 1954, foram realizadas várias reformas e adaptações nos prédios e também estudos para a construção do prédio A.

Com auxílio recebido da Fundação Scarpa, em 10 de setembro de 1955, dia do aniversário de Dona Joaquina do Cunto Scarpa, foi inaugurado solenemente o Prédio Central do Campus Trujillo, hoje o prédio A do Campus Trujillo da Universidade de Sorocaba e Colégio Dom Aguirre. Estiveram presentes na solenidade realizada naquele dia, o Sr. Ministro da Educação, Professor Cândido Motta Filho, a Professora Carolina Ribeiro, Secretária da Educação do Estado de São Paulo, o Prefeito Municipal de Sorocaba, Dr. Emerenciano Prestes de Barros Filho, os membros da família Scarpa, além de muitas autoridades civis, religiosas, militares, dos alunos, funcionários e todo corpo docente da Faculdade. Vale ressaltar que os móveis e equipamentos necessários para adequar as novas instalações foram doados pela Família Scarpa.

No dia 31 de julho de 1955, em reunião do Conselho Superior da Fundação Scarpa foi analisado o orçamento do exercício de 1955 e constatado um saldo para aquele ano um déficit previsto de CR\$ 161.827,90 (Cento e sessenta e hum mil, oitocentos e vinte e sete cruzeiros e noventa centavos) o qual deveria ser coberto com verba da Prefeitura Municipal de Sorocaba.

No início de 1956, o Sr. Professor José Carlos de Araújo Neves, então Secretário Geral da Faculdade, foi o portador da previsão orçamentária da Faculdade, ao Comendador Heitor Antunes, representante legal da família Scarpa. Naquela ocasião, o Comendador Heitor, expôs ao Professor Neves a preocupação da família Scarpa com as crescentes despesas que a

Faculdade estava gerando. Pediu ele ao Prof. Neves a gentileza de transmitir ao Diretor da Faculdade a vontade da Fundação Scarpa em deixar de ser a mantenedora da Faculdade.

Assim, no dia 11 de junho de 1956, às 15 horas, na residência episcopal, com sede à Rua XV de novembro, 201, onde hoje se localiza a sede do Banco do Brasil em Sorocaba, Dom Aguirre leu a carta que recebera dos senhores Comendador Nicolau Scarpa Junior e Comendador Francisco Scarpa:

(...) depois de terem contribuído, substancialmente, para a criação e manutenção da Faculdade, os signatários sentem-se perfeitamente à vontade para informar ao Egrégio Conselho Superior que, hajam ou não os Governos Federal e Estadual por bem subvencionar aquela instituição, não se encontram mais dispostos a tomar a si esses encargos crescentes. (...) também e pelo mesmo motivo, sentem-se os signatários perfeitamente à vontade para retirar, outrossim, a identificação da Cia Fiação e Tecidos Nossa Senhora do Carmo com a Fundação Scarpa.

Dom Aguirre, homem sensato e inteligente que era, sabia da imensa contribuição que a família Scarpa trouxera para a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Sorocaba, bem como entendia as razões pelas quais haviam de se retirar.

Como consequência, no dia 18 de dezembro de 1956, o Conselho Superior reuniu-se para deliberar sobre a extinção da Fundação Scarpa. Sob a presidência de Dom José Carlos de Aguirre. Estavam presentes Dr. Gualberto Moreira, prefeito Municipal, Conego Humberto Ghizzi, Sr. Oronário Domingos dos Santos, Dom Beda Kruse O.S.B., e o Comendador Heitor Antunes, representando os Senhores Francisco Scarpa e Nicolau Scarpa Júnior. A extinção da Fundação Scarpa foi aprovada por unanimidade. Foi também resolvido na mesma reunião que, os bens móveis e imóveis da Fundação voltariam ao Patrimônio da Prefeitura Municipal de Sorocaba.

Com a extinção da Fundação Scarpa, a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras retornou à responsabilidade da municipalidade. Restava, agora, pensar-se na criação de uma nova fundação que assumisse a manutenção e a administração da Faculdade.

É muito importante registrar aqui as importâncias recebidas da Fundação Scarpa, durante os anos de 1954 a 1956: Em 1954 Cr\$ 610.252,30 (Seiscentos e dez mil duzentos cinquenta e dois cruzeiros e trinta centavos); em 1955 Cr\$ 763.788,00 (Setecentos e sessenta e três mil, duzentos e oitenta e oito cruzeiros) e em 1956 CR\$ 2.000.000,00 (Dois milhões de cruzeiros). O total geral recebido foi de Cr\$3.374.032,30 (Três milhões, trezentos e setenta e quatro mil, trinta e dois cruzeiros e trinta centavos). Vale registrar também os valores recebidos da Prefeitura Municipal de Sorocaba, no mesmo período: em 1954 Cr\$ 500.000,00 (Quinhentos mil cruzeiros) em 1955 Cr\$ 1.000.000,00 (Hum milhão de cruzeiros) e em 1956 Cr\$ 833.333,00

(Oitocentos e trinta e três mil e trezentos e trinta e três cruzeiros) perfazendo um total de Cr\$ 2.333.333,00 (Dois milhões, trezentos e trinta e três mil e trezentos e trinta e três cruzeiros).

Estes dados estão registrados na contadoria da Fundação Dom Aguirre e assinados pelo Diretor da Faculdade na época desses acontecimentos.

3.3 O movimento Pró-Estadualização da Faculdade

A segunda crise da Faculdade segundo Neves (1998) se deu através do movimento de Pró-estadualização, pelo qual um grupo de alunos, liderados por dois professores da Faculdade, procuraram alguns deputados estaduais para estadualizar a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba. O grupo alegava que a estadualização da Faculdade era a única forma para que a instituição voltasse à normalidade.

Juntamente ao grupo de defensores da estadualização da Faculdade, diversos vereadores da Câmara Municipal de Sorocaba aderiram ao movimento, que resultou em calorosos debates no plenário. Segundo Neves (1998, p. 42), “o Deputado Osny Silveira advogou a causa. Em 22 de agosto de 1957, a Assembleia Legislativa de São Paulo aprovava, em 1ª discussão, o projeto de Lei nº 773/57 de autoria daquele deputado, visando estadualizar a Faculdade.”

Segundo Neves (1998) a alta administração da Faculdade realizou uma sindicância, com o objetivo de apurar os responsáveis pelo movimento. A alta administração não era contra a estadualização da faculdade, porém era contra a forma em que se iniciou o processo, sem avisos, ou informação das intenções do que pretendiam.

No dia 25 de junho de 1957, o Diretor Dom Beda Kruse, sem condições para continuar dirigindo a Faculdade, pediu demissão de seu cargo em reunião do Conselho Técnico-Administrativo. Foi proposta naquela mesma reunião, pelo o Conselheiro Dr. Aziz Nacib Ab'Saber, a demissão coletiva de todo o Conselho e da Direção da Faculdade, com a finalidade de que o senhor Bispo Diocesano tomasse novas medidas administrativas, que fossem possibilitar a continuidade da Faculdade e suas atividades. O senhor Bispo Diocesano, nomeou o professor Ruy Afonso da Costa Nunes para assumir interinamente a Direção da Faculdade, no período em que a sindicância ocorresse, e se procedesse nova eleição para a escolha de novos diretores. Ao final da sindicância, os dois professores que de forma clandestina, organizaram e planejaram tudo, montando o grupo, agregando vereadores, deputados, professores e alunos, foram demitidos no dia 30 de junho de 1957.

No dia 25 de agosto de 1957, a congregação da Faculdade apresentou em reunião, presidida pelo Monsenhor Francisco Antônio Cangro, a lista tríplice com os nomes dos professores, para escolha, pela autoridade máxima administrativa da Faculdade, dos seus novos diretores. Descreve Neves (1998, p.43) que:

O Sr. Bispo houve por bem nomear os professores Pe. Antônio de Oliveira Godinho e Pe. João Dias Ramalho para os cargos de Diretor e Vice-Diretor, respectivamente. Os novos Diretores, alheios às recentes crises, procuraram, logo no início, sanar as dificuldades em que se encontrava a Faculdade.

Logo, a crise financeira da Faculdade foi superada por meio de empréstimos bancários, levantados pela Direção da Faculdade. As operações financeiras foram formas de enfrentamento de crise ante o problema pagamento de salários atrasados dos professores, questões que pertencem a um passado de luta e resistência, hoje superados.

O Diretor da faculdade Pe. Antônio de Oliveira Godinho iniciou contato direto com diversos deputados estaduais, solicitando que o projeto de estadualização da instituição fosse rejeitado. Godinho explicou os motivos pelos quais alguns professores e alunos realizaram determinados movimentos à parte, à revelia da administração da faculdade. Segundo Neves (1998, p. 44):

Quando tudo parecia perdido, os Deputados Pe. Benedito Mário Calazans e Paes de Barros entraram com um substitutivo, propondo que o Estado, através da Secretaria de Educação, firmasse um convênio com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, em vez de estadualizá-la.

No dia 3 de janeiro de 1958, a Assembleia Legislativa de São Paulo rejeitava o projeto de Lei nº 773/57 e aprovava o substitutivo Paes de Barros, transformando-o na Lei nº 4.614/58.

O convênio, com fundamento na Lei mencionada acima, foi assinado no dia 02 de setembro de 1958, no gabinete do Secretário do Estado dos Negócios da Educação de São Paulo, pelo professor Alípio Corrêa Netto, que representava o governo de São Paulo, e assinado também pelo professor Padre Antônio de Oliveira Godinho, que representava a administração da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba. Estabeleceu-se que o Governo do Estado, através da Secretaria de Educação, subvencionaria a Faculdade, no prazo de 10 anos, a partir do ano de 1959, com uma verba estipulada de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros). Segundo menciona Neves (1998, p. 44) este convênio foi alterado já no ano seguinte:

O referido convênio foi alterado, no ano seguinte, pelo então Secretário da Educação do Estado de São Paulo, Pe. Dr. Januário Baleeiros, passando a Faculdade a receber a subvenção de C\$ 50.000.000,00. Esse auxílio viria colaborar com a Faculdade de Filosofia, que se encontrava em sérias dificuldades econômico-financeiras. Por força desse novo convênio, os seus alunos usufruíram de ensino gratuito, durante dez anos,

e só voltaram a pagar suas mensalidades, anos mais tarde, embora simbólica, por determinação do Sr. Governador do Estado, Dr. Adhemar de Barros, que não liberaria a verba do convênio se o ensino continuasse sendo gratuito.

Após a posse dos novos diretores, a vida da Faculdade voltou a sua normalidade.

3.4 Criação da Fundação Dom Aguirre

Extinta a Fundação Scarpa, em 1956, e com a diminuição das verbas estaduais, a constituição de uma nova fundação não foi uma tarefa fácil. Diversas foram as tentativas. O diretor da faculdade na época, Padre Antônio de Oliveira Godinho, tentou por duas vezes, em 1957 e 1958, constituir uma nova Fundação para ser mantenedora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, porém essas tentativas foram frustradas, devido ao ambiente desfavorável na Câmara Municipal de Sorocaba com projeto de lei nesse sentido. Complementa Neves (1998, p. 45) que:

Em julho de 1959, o senhor José Lozano, então Prefeito Municipal de Sorocaba, atendendo às solicitações da Direção da Faculdade de Filosofia, embora temeroso, encaminhou à Câmara Municipal o projeto de Lei nº 84/59, autorizando a Prefeitura Municipal a dispor de bens municipais para a constituição de uma Fundação, destinada a manter e administrar a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba. No dia 2 de abril de 1960, os jornais da cidade noticiaram a rejeição, em 1ª discussão, por parte do legislativo sorocabano, do referido projeto de lei. Apesar do trabalho exaustivo do Vereador Prof. José Carlos Pascoal, defendendo o projeto, o mesmo foi rejeitado pelo plenário da Câmara, em 2ª discussão, no dia 12 de abril desse mesmo ano. A ideia, porém, da criação dessa Fundação, não morreria com esse projeto de lei.

No dia 12 de outubro de 1963, foi realizada uma reunião para discutir a constituição de uma fundação, para a manutenção da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Sorocaba, tendo como instituidora a Mitra Diocesana de Sorocaba. Segundo Neves (1988, p. 134):

No dia 12 de outubro de 1963, às 10 horas na sala da Diretoria da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, hoje sala de reuniões da Fundação Dom Aguirre, reuniram-se os senhores Dom José Carlos de Aguirre, Bispo Diocesano de Sorocaba, Dr. Artidoro Mascarenhas, Prefeito Municipal, Prof. Pedro Augusto Rangel, Presidente da Câmara Municipal e os professores Aldo Vannucchi, João Tortello e José Carlos de Araújo Neves, respectivamente, Diretor, Vice Diretor e Secretário da Faculdade de Filosofia. Foi apresentada a ideia, pelo Prof. Aldo Vannucchi, de se constituir uma Fundação, para a manutenção e o desenvolvimento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras desta cidade, tendo como instituidora a Mitra Diocesana de Sorocaba.

A necessidade de criar uma fundação para ser mantenedora estava e continua ligada ao fato da existência de unidades de ensino. Segundo Neves (1998, p. 46):

Fundação pode ser definida como uma instituição de caráter social, com finalidades filantrópicas, educacionais, assistenciais, culturais, científicas ou tecnológicas, tendo como fundamento de sua existência, um patrimônio destinado a esse fim. A fundação de natureza jurídica de direito privado tem seu “nascimento” com a inscrição de seu estatuto e de sua escritura de instituição, no registro civil das pessoas jurídicas, após aprovação do Ministério Público, sem a qual a Fundação não adquire personalidade.

E, para homenagear um dos maiores incentivadores de ensino superior na época, a fundação ganhou o nome de Fundação Dom Aguirre, o primeiro Bispo Diocesano de Sorocaba, como menciona Neves (1988, p. 134):

A Fundação levaria a denominação de Fundação Dom Aguirre, como homenagem ao primeiro Bispo Diocesano de Sorocaba, grande incentivador do ensino superior local. Exposto e debatido a ideia, contou ela com a aprovação unânime dos presentes. Tomados as providências cabíveis e elaborado o Estatuto, a Fundação era registrada como pessoa jurídica de direito privado no 2º Cartório de Registro de Imóveis e seus anexos desta Comarca, no dia 25 de novembro de 1963.

A Faculdade precisava de uma instituição que auxiliaria financeiramente, e que cuidasse da sua administração. Na época, Lei Federal 4.024 de 20 de dezembro de 1961, fixava as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Nesta lei, em seu artigo 85, determinava que todo estabelecimento particular de ensino isolado fosse constituído sob a forma de sociedade, associação ou fundação. Segundo Neves (1988, p. 134):

Essa proposta visava dar cumprimento à Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que fixava as diretrizes e bases da Educação Nacional, segundo a qual, entre outros dispositivos determinava-se que todo estabelecimento particular isolado de ensino superior deveria ser constituído sob a forma jurídica de sociedade ou fundação.

No caso da mantenedora da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Sorocaba, a opção foi por criar uma Fundação, pois esta possuía a ideia de perenidade, com amparo e fiscalização do Ministério Público e as regras inseridas no ato de sua instituição ou no estatuto da entidade, irão permanecer através do tempo e quaisquer modificações deverão ser deliberadas pela maioria dos membros do seu Conselho Superior e aprovadas pelo Ministério Público. Segundo Neves (1988, p. 134):

Cumprе ressaltar que, por unanimidade decidiram os participantes dessa reunião criar não uma sociedade ou associação, mas uma fundação, pois a sua figura jurídica se evidencia com objetividade mais cristalina e segura a ausência de fins lucrativos. Fundação não tem sócios nem associados, nem mesmo membros. Nela há curadores, conselheiros e diretores, todos estrita e graciosamente vinculados aos objetivos estatutários e à inalienabilidade do seu patrimônio, sob a vigilância do Ministério Público.

Após um longo debate da ideia, sua aprovação foi unânime, declarando-se, então, constituída a Fundação Dom Aguirre.

Em 29 de outubro de 1963, o Prefeito Municipal, Dr. Artidoro Mascarenhas, promulgou a Lei 1.153, que autorizou o Poder Público Municipal de Sorocaba doar à Fundação Dom Aguirre, o imóvel de propriedade da municipalidade, localizado na avenida General Osório, nº 35, com todas as benfeitorias, como também transferir a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Sorocaba para a Fundação Dom Aguirre.

A Fundação Dom Aguirre nasceu e iniciou suas atividades, cumprindo todas as normas de seu Estatuto, conforme menciona Neves (1988, p. 135):

A Fundação Dom Aguirre iniciou suas atividades cumprindo plenamente os seus objetivos estatutários, com observância do respeito a toda e qualquer pessoa, numa perspectiva cristã. Dentre as suas finalidades estatutárias, encontramos o de promover o ensino em seus vários graus, a pesquisa e a extensão de serviços à comunidade, nos campos das ciências, da cultura, das artes e da educação.

Em 21 de novembro de 1963, Dom José Carlos de Aguirre, Presidente da Fundação Dom Aguirre, requereu ao Dr. Miguel Rene da Fonseca Brasil, Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Sorocaba, que se dignasse ordenar ao Cartório de Registro da 2ª Circunscrição da Comarca de Sorocaba a competente inscrição da sua pessoa jurídica. Anexou ao requerimento protocolado o estatuto da Fundação, Relação de seus fundadores, Publicação do extrato do Estatuto no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 14 de novembro de 1963, página 216. Em 25 de novembro de 1963, o Dr. Juiz de Direito lavrou o seguinte despacho: "Registre-se e autue-se. Ouça-se o Dr. Representante do Ministério Público, voltando, em seguida, a este juízo. 25-XI-63. a) Dr. Miguel René da Fonseca Brasil - Juiz de Direito".

Em seguida, o Representante do Ministério Público, manifestou-se: "Com vista. Meritíssimo Juiz. Nada a opor. Sor. 26-XI-63. a) Dr. Tolstoi Carvalho e Mello. Promotor Público." Após a Manifestação do Ministério Público, o Juiz de Direito, deu o seguinte despacho:

Face a parecer retro do Ministério Público e demais elementos do feito presente defiro a inicial de folhas 2 para determinar que se proceda ao registro da Fundação Dom Aguirre na forma e com as cautelas da Lei. Intime-se e registre-se, a) Dr. Miguel René da Fonseca Brasil - Juiz de Direito da 1a. Vara Cível da Comarca de Sorocaba.

Em 26 de novembro de 1963, a Fundação Dom Aguirre era registrada como Fundação Educacional, sem fins lucrativos, no 2º Cartório de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Sorocaba, sob nº 95 de ordem, na página 65 do livro "A" de Registro de Pessoas Jurídicas.

Assim, a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Sorocaba, a partir daquela data, ficou dependendo, financeiramente e administrativamente da Fundação Dom Aguirre. A sua sobrevivência, passava a partir daquele momento, da sua mantenedora, a Fundação Dom Aguirre.

Em função disso, a Fundação deveria administrar as receitas, despesas, estrutura e funcionamento da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Sorocaba.

A Fundação Dom Aguirre hoje possui uma área com um total de 1.431.489,83 metros quadrados de terreno e 58.356,30 m² de área construída, e ainda 115.000 m² de área de preservação permanente, assim distribuída:

Tabela 1 - Demonstrativo de Áreas dos Imóveis da Fundação Dom Aguirre 2022

	Construção (m²)	Terreno (m²)	Área de Preservação Permanente
Cidade Universitária	45.071,54	687.400,17	69.000,00
Trujillo campus	9.681,00	8.085,00	
Trujillo quadra	1.378,00	1.877,00	
Casa Sede (NEAS)	2.075,76	733.977,66	46.000,00
Total	58.206,30	1.431.339,83	115.000

Fonte: Elaboração própria com dados das matrículas dos imóveis, conforme registro no Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba.

O Hospital Veterinário tem o terreno que faz parte da Cidade Universitária, com área construída de 2.776,77 m² (mas faz parte da área total construída da Cidade Universitária 45.071,54 m²).

O poder executivo da Fundação Dom Aguirre é exercido pela Presidência. Este cargo já foi exercido por homens como: Dom José Carlos de Aguirre, conhecido por Dom Aguirre, que cumpriu a função de presidência de 25 de novembro de 1963 a 8 de abril de 1966, com maestria, nunca deixando de participar das reuniões e solenidades da Faculdade, segundo Neves (1998, p. 54):

Com serenidade e bondade ajudou muito a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, nas grandes crises, ocorridas nos anos de 1956, 1957 e 1961. Sua participação foi marcante na assinatura do convênio com a Secretaria de Educação do Estado, nos anos de 1958 a 1959, quando a Faculdade de Filosofia passou a ser subvencionada pelo Governo do Estado de São Paulo.

Sequencialmente, Dom José Melhado Campos assumiu a presidência dia 8 de abril de 1966 e permaneceu até 10 de janeiro de 1977, e depois de 7 de dezembro de 1979 a 21 de janeiro de 1980. Segundo Neves (1998, p. 56):

Foi em sua administração que a Fundação Dom Aguirre começou a se expandir com a criação e a instalação da Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas de Sorocaba, a qual deu total apoio, e com a criação de novos cursos para a Faculdade de Filosofia. Deve-se a ele a construção, na Avenida General Osório e na rua Virgílio de Mello Franco, de dois edifícios, para atender tal crescimento.

Dom José Melhado esteve sempre voltado a trabalhar atentamente a situação econômico-financeira da Fundação e de suas mantidas. Ele foi o primeiro presidente, em 1977 e 1979, a propor estudos para a criação de uma universidade em Sorocaba.

Dom Amaury Castanho assumiu a presidência em 10 de janeiro de 1977 a 7 de dezembro de 1979. Ele já possuía experiência, advinda de sua vivência de vida universitária na PUC de Campinas. Segundo Neves (1998, p. 57) ele:

Regulamentou, através de Portarias: 1) a unificação dos salários do pessoal técnico-administrativo e dos professores das Faculdades de Filosofia e de Ciências Contábeis e Administrativas; 2) o controle de presença de funcionários de professores; 3) a ajuda de custo a professores que realizavam cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado), especialização e aperfeiçoamento; 4) a ajuda de custo para viagens de professores e funcionários; 5) o abono de faltas escolares dos professores; 6) o cargo de escriturário da Fundação.

A passagem de Dom Amaury Castanho foi rápida, mas com grande representatividade na história da Faculdade. Dom Amaury saiu da presidência ao ser eleito Bispo Diocesano de Valença, no estado de Rio de Janeiro. Também argumentou e escreveu sobre a importância e necessidade da criação da Universidade.

Dom José Lambert, assumiu a presidência em 21 de janeiro de 1980 e permaneceu até 02 de julho de 2005. Foi ele quem, em 1984 apoiou e autorizou a criação do Colégio Dom Aguirre, com classes de ensino de 1º e 2º grau. Em 1987, também fruto de sua atuação, foi criado o curso de Ciências Econômicas, na Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas de Sorocaba, que depois se transformou na Uniso. Segundo Neves (1998, p. 58):

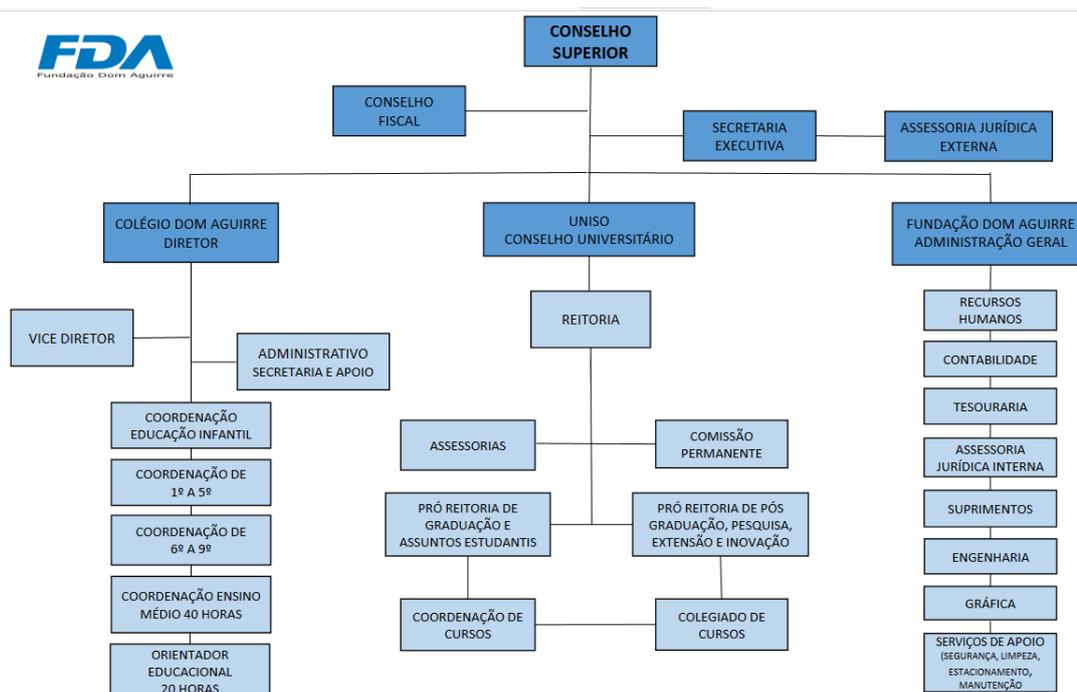
Dom Lambert, como Presidente ativo, combativo e de grandes qualidades administrativas, foi o grande precursor da nossa Universidade, dando todo apoio e colaboração para torná-la uma realidade, em 1994. Empenhando-se na construção do campus Raposo da Uniso, autorizou, em 1996, a compra de uma grande área na Rodovia Raposo Tavares e aprovou o planejamento para a execução das obras. Finalmente, no dia 09 de abril deste ano (1998), foi por ele lançada a pedra fundamental desse câmpus, onde, em 1999, deverão estar funcionando todos os cursos, atualmente, existentes nas dependências do câmpus Trujillo. Este será,

totalmente, utilizado pelo colégio Dom Aguirre, possibilitando-lhe crescente desenvolvimento.

Dom Eduardo Benes de Sales Rodrigues administrou a Fundação Dom Aguirre entre 04 de julho de 2005 a 24 de fevereiro de 2017. Pode-se elencar alguns feitos durante sua administração, como exemplo: no ano de 2007 a criação da Editora Uniso (EdUniso); no ano de 2008 a Universidade de Sorocaba foi contemplada com diversas premiações; no ano de 2010 o Ministério da Saúde lançou o Formulário Terapêutico Nacional desenvolvido com a participação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas da Universidade de Sorocaba; no ano de 2013 foi inaugurado o Laboratório de Biomateriais e Nanotecnologia da Universidade de Sorocaba (Labnus) no Parque Tecnológico de Sorocaba; e em 2016 foi lançado os projetos “Biblioteca de Sonhos”, “Construindo o Futuro”, e o “Uniso Tour”.

Dom Júlio Endi Akamine foi nomeado Arcebispo Metropolitano de Sorocaba pelo Papa Francisco. Dom Júlio tomou posse como Presidente do Conselho Superior da Fundação Dom Aguirre no dia 25 de fevereiro de 2017 e continua até a presente data. Em sua administração pode-se elencar as benfeitorias do ano de 2017, através de investimentos em programas de laboratórios na Cidade Universitária, e grande marco para a história da Universidade de Sorocaba, em 2018, com a nota 5 do MEC na avaliação para o credenciamento institucional no sistema de ensino superior.

Ilustração 1 - Organograma da Estrutura da Fundação Dom Aguirre



Fonte: Fundação Dom Aguirre 2022.

4 AS CONTRIBUIÇÕES DA FUNDAÇÃO DOM AGUIRRE PARA A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SOROCABA

Identificam-se as contribuições da Fundação Dom Aguirre para a educação no município de Sorocaba, através da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, a Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas de Sorocaba – FACCAS, a Classe Experimental de Jardim de Infância “Maria Montessori”, o Colégio Dom Aguirre, o Projeto “Nossa Creche”, a Universidade de Sorocaba, os Projetos de Extensão, a Universidade da Terceira Idade, e a Cultura Escolar, sinalizando as formas de contribuições através dessas unidades de ensino em Sorocaba, ressaltando seus respectivos dados quantitativos.

4.1 Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba foi autorizada a funcionar pelo Decreto Federal nº 32.038 de 30 de dezembro de 1952. Os seus primeiros cursos foram: Filosofia, Geografia, História e Letras Neolatinas, aprovados pelo parecer nº 207 de 19 de outubro de 1952 do Conselho Nacional de Educação:

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e nos termos do artigo 23 do Decreto-lei 421, de 11 de maio de 1938 decreta:

Artigo único. É concedida autorização para funcionamento dos cursos de filosofia, geografia, história e letras neolatinas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, mantida pela Prefeitura de Sorocaba e com sede naquela cidade, no Estado de São Paulo.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1952; 131º da Independência e 64º da República.
Getúlio Vargas

Sua instalação se deu no dia 07 de março de 1954, e suas atividades pedagógicas foram iniciadas no dia 15 de março de 1954, com o curso de Pedagogia e Letras Neolatinas, com 27 alunos matriculados.

A Faculdade já havia sido mantida pela Fundação Scarpa, pela Prefeitura Municipal de Sorocaba, e também subvencionada pelo governo do Estado de São Paulo. Desde 1963 é mantida e administrada pela Fundação Dom Aguirre.

A escolha do curso de Filosofia, que um dia se tornaria uma universidade, estava entrelaçada com o ideário pedagógico da igreja católica, porém os rumos levaram a grande extensão do ensino preparatório para a formação de professores, e sempre visando a contribuição de melhoria, com a intenção de conseguir atender a todas as classes,

principalmente as menos favorecida economicamente. Para isso, buscou-se inserir cursos que auxiliassem nas questões educacionais e sociais, como menciona Rossini (2015, p. 57):

Contudo a fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras se insere no contexto da expansão do sistema de ensino voltado a atender às redes de formação de professores, tanto a pública quanto a privada. Tal realidade era travestida de aspectos sociais e econômicos de uma sociedade cujos grupos econômicos lutavam por se estabelecer enquanto representantes de uma cultura socialmente distinta. A demanda para atender a classe menos favorecida economicamente foi buscada na instalação de cursos que exigiam uma maior amplitude nas questões educacionais e sociais, demanda essa vista como prioritária por setores da igreja católica, mais precisamente André Pieroni.

Subsequente, para atender a grande demanda de procura dos estudantes de Sorocaba e região, foram criados os cursos de Matemática (1968), Artes Industriais (1970), Técnicas Comerciais (1970), Estudos Sociais (1970), Artes Práticas (1972), Curso de Formação de Professores, Matemática Plena e Ciências. Segundo Neves (1998, p. 81):

No seu 20º ano de funcionamento, em 1974, a faculdade contou com 12.537 alunos; no ano do seu Jubileu de Prata, em 1979, com 17.226; 1992 foi o último ano em que funcionou como instituição isolada, pois, em 1993, passou a integrar as Faculdades Integradas Dom Aguirre, contando com 3.779 alunos.

Os resultados eram evidentes, diversos alunos alcançaram os cargos e funções na área da educação, ingressando no magistério, tornando-se diretores de escolas, delegados de ensino, supervisores escolares, e grandes docentes como descreve Neves (1998, p. 82):

De 1957 a 1992, a Faculdade de Filosofia licenciou 40.879 alunos, os quais estão prestando relevantes serviços aos Estabelecimentos de Ensino de Sorocaba e da região. Inúmeros foram os aprovados em concursos de ingresso no magistério oficial, de Diretores de Estabelecimento de Ensino de 1º e 2º graus, de Delegados de Ensino e de Supervisores Escolares. Muitos, também, são os que exercem funções docentes em faculdades e universidades oficiais e particulares, inclusive no exterior.

Segundo Neves (1998, p. 81):

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, durante estes quarenta e quatro anos de existência, prestou relevantes serviços à comunidade Sorocaba e regional, através de seus cursos de Graduação, de Especialização, de Atividades Extracurriculares, como Semanas de Estudos, Congressos, Seminários, Cursos de Extensão, Conferências, Palestras, Visitas de Estudos, Apresentações Teatrais, Concursos Literárias, Campeonatos Estudantis, etc. Torna-se impossível discorrer, aqui, sobre todas as centenas de atividades realizadas a cada ano de seu funcionamento.

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, hoje a Universidade de Sorocaba, continua prestando grandes e relevantes serviços não somente a Sorocaba, mas

também a toda região. A semente brotou, cresceu, e desde sempre, gerando a cada dia, mais frutos.

4.2 Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas de Sorocaba – FACCAS

A Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas de Sorocaba, nasceu através de uma proposta realizada pelo professor Arthur Fonseca, como descreve Neves (1998, p. 88):

No dia 26 de junho de 1965, o Prof. Arthur Fonseca propôs ao Conselho Superior da Fundação Dom Aguirre a criação da Faculdade de Ciências Econômicas de Sorocaba, como instituto dessa Fundação, declarando que há mais de seis anos vinha sendo procurado por centenas de pessoas interessadas por esse curso. Organizou, então, um processo nesse sentido, encaminhando-o ao Ministério da Educação e Cultura. Sorocaba comportava, realmente, uma Faculdade de Ciências Econômicas, pois havia cidades, menores que a nossa, que já contavam com um estabelecimento dessa modalidade. Assim, pessoas interessadas em sua criação, elaboraram um abaixo-assinado com mais de quatrocentas assinaturas e enviaram aos autos do processo.

O Conselho Nacional de Educação informou o professor Arthur Fonseca da necessidade de criação de uma associação ou fundação para manter financeiramente a nova faculdade pretendida. Diante da exigência, o professor Arthur Fonseca pensou na possibilidade da nova Faculdade se integrar a Faculdade de Filosofia, desta maneira, se integrando a Fundação Dom Aguirre, que já mantinha e administrava a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. A medida iria propiciar o encaminhamento muito mais rápido e seguro, ao contrário de criar uma nova Fundação. Desta forma, sobrando tempo para providenciar toda a documentação e envio ao Ministério da Educação e Cultura – MEC. Segundo Neves (1998, p. 89):

O professor disse, ainda, que, se o Conselho Superior da Fundação Dom Aguirre aprovasse essa integração, algumas pequenas modificações deveriam ser feitas em seu Estatuto. A nova Faculdade reger-se-ia pelo seu Regimento Interno e pelo Estatuto da Fundação Dom Aguirre, e a matrícula inicial seria de 60 alunos, segundo o seu desejo.

O professor Aldo Vannucchi foi indicado, como conselheiro, pelo Conselho Superior para relatar as vantagens e desvantagens da criação da Faculdade de Ciências Econômicas, sob a responsabilidade da Fundação Dom Aguirre. O parecer do professor Aldo Vannucchi ressaltou que a criação da Faculdade, projetada desde 1958, deveria ser instalada com urgência, tendo em vista as necessidades e desejo de toda Sorocaba e região. Salientou ainda, que na Organização Sorocabana de ensino – OSE, o curso Pré-Faculdade, já contava com 200 alunos, sendo, portanto, um compromisso moral a instalação dessa instituição em Sorocaba, já para o ano seguinte.

O parecer foi aprovado por todos, sendo criada a Faculdade de Ciências Econômicas de Sorocaba, como instituição da Fundação Dom Aguirre. Após a aprovação do Conselho Superior, foram designados os professores Arthur Fonseca e Aldo Vannucchi para elaborar o processo de autorização para o funcionamento da nova faculdade e encaminhá-lo ao Ministério da Educação e Cultura.

No dia 18 de abril de 1966, em reunião, o professor Arthur Fonseca expôs aos presentes todo o trabalho e processo que fora designado, e informou que o professor Dr. Luiz Pedro Baster Pilar, Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil, foi designado pela Diretoria do Ensino Superior, para que o mesmo realizasse a inspeção prévia e seu parecer, a fim de que fosse apreciado pelo Conselho Federal de Educação, segundo Neves (1998, p. 91):

O Inspetor Verificador ficou bastante satisfeito com o que viu em Sorocaba, achando-a excepcional e em condições de abrigar uma nova Faculdade. Mostrou-se, contudo, favorável à criação de uma Faculdade de Administração de Empresas, que traria maior benefício à cidade e a toda região, por ser uma modalidade de ensino superior recentemente criada pelo Conselho Federal de Educação e, ainda, por ser um município com grande parque industrial. Posteriormente, a Fundação poderia pleitear a Faculdade de Ciências Econômicas.

Os Conselhos Fiscais Superiores, após muitas consultas e estudos, chegaram à conclusão, que, realmente, a criação de uma Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas, seria mais útil naquele momento. Dessa maneira depois dos estudos e debates, por unanimidade foi aprovada a proposta da criação da Faculdade de Administração de Empresas de Sorocaba, ao invés da Faculdade de Ciências Econômicas.

Após todos esses episódios, a Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas de Sorocaba, teve início de suas atividades, apenas com o curso de Administração de Empresas, com 69 alunos matriculados, no dia 08 de agosto de 1966. Posteriormente, para conseguir atender a demanda de procura dos estudantes de Sorocaba e região, foram criados em 1975 o curso de Ciências Contábeis, e em 1987, o curso de Ciências Econômicas. Neves (1998, p. 92) descreve que:

No seu 20º aniversário, em 1986, a Faculdade contava com 18.830 alunos. No seu Jubileu de Prata, em 1991, com 26.961. Em 1992, último ano que funcionou como instituição isolada, pois em 1993, passou a integrar as Faculdades Integradas Dom Aguirre, contava com 3.779 alunos.

Segundo Neves (1998), a primeira turma de Administração de Empresas se destacou muito, entrando rapidamente no mercado de trabalho. De 53 alunos, 11 foram aprovados em um concurso do Estado, antes mesmo de conseguirem o registro de administradores. Diversos

estão ocupando relevantes cargos em empresas públicas e privadas, e até mesmo, exercendo o magistério superior, inclusive na UNISO.

Em 1993, a Faculdade de Filosofia, passou a ter sua nomenclatura como Faculdades Integradas Dom Aguirre, junto a Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas.

4.3 Classe experimental de Jardim de Infância “Maria Montessori”

Segundo Neves (1998), durante os anos de 1961 a 1964 funcionou na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba uma classe experimental de jardim de infância, chamada “Maria Montessori”, essa classe era o laboratório das disciplinas de Didática Geral e Especial do curso de Pedagogia.

A organização dessa classe teve como inspiração o método montessoriano. Neves (1998) descreve que esta inspiração se deu “[...] em busca de um novo caminho para a educação escolar, orientada pela Prof.^a Dra. Vera Lagoa, do corpo docente da Faculdade, supervisionada pela Prof.^a Neide Grillo Rezende e dirigida pela Prof.^a Rosa Paulo, ex-aluna do curso de Pedagogia” (NEVES, 1998, p. 85).

O método Montessori tem o objetivo de um desenvolvimento cognitivo, de desenvolver a autonomia da criança, em seu emocional, seu comportamento social e físico, a criança tem liberdade em todo o processo de aprendizado. Segundo Faria *et al* (2012, p. 2):

A pedagogia Montessoriana consiste em harmonizar corpo, inteligência e vontade, se baseia na educação da vontade e da atenção, em que as crianças tem liberdade para escolher seus materiais e onde querem trabalhar com eles em sala, além de proporcionar a cooperação entre as mesmas.

Neves (1998, p. 85) descreve o método Montessori:

O método Montessori era um dos mais combatidos na época, por ser muito avançado, mas, pelas suas atividades, apresentava os melhores resultados. Era a solução prática de muitos problemas pedagógicos, que surgiam no âmbito educativo, como o da educação individual e espontânea, da liberdade, do desenvolvimento, da vontade, etc. Todas estas questões eram resolvidas ante o novo plano que abria, de um modo simples, o caminho real.

No entendimento de Habowski, Conte e Marchese (2018):

O modo de pensar de Maria Montessori nos apresenta caminhos para uma formação mais autônoma das crianças, fazendo com que elas sejam responsáveis pelos seus atos e que aprendam com seus próprios erros, pois, a partir de suas próprias escolhas será artífice do seu próprio pensamento, passando a refletir sobre suas próprias atitudes e valores em contato com o mundo. Nesse ponto, entendemos que a escola que utiliza

o método Montessoriano também precisa acompanhar o desenvolvimento da linguagem tecnológica, incluindo e recriando mecanismos de interdependência pelo estímulo à educação tecnológica, provocando a autonomia e responsabilidade da criança no aprendizado global e crítico por meio das tecnologias sociais.

Neves (1998) ressalta ainda que, o método de Maria Montessori enaltecia a importância do ambiente, tanto o local, quanto o mobiliário. O local deveria e foi especialmente preparado com objetivo de auxiliar o desenvolvimento do trabalho com o público infantil, tais como encaixes sólidos, séries de cubos, de prismas, de barras, cilindros coloridos, cômoda de encaixes planos, sólidos geométricos, caixas de tabletes coloridos, dentre outros.

Segundo Neves (1998) as crianças que foram matriculadas na classe experimental, antes delas aprenderem a ler e escrever, tiveram uma série de atividades que auxiliaria no processo de preparo da alfabetização. Tiveram artes plásticas, educação artística, comunicação e expressão, decorrentes do teatro e dança, também integração social, educação física, ciências, matemática, tudo para desenvolver o autodomínio.

Porém, a classe experimental teve que encerrar suas atividades, devido à falta de melhoria nas acomodações, como explica Neves (1998, p. 86):

Infelizmente, essa classe, que preparava crianças de três a seis anos de idade para a vida, por falta de melhores acomodações e de espaço físico, encerrou suas atividades, na Fundação, em 1964. Mediante entendimentos com a direção do Colégio Ciências e Letras de Sorocaba, foi transferido para lá, com todo o seu material.

De acordo com Neves (1998), a Professora Vera Lagoa escreveu um livro sobre o Sistema Montessori, e no mesmo, declara que depois de 17 anos da classe experimental, os ex-alunos organizaram uma confraternização, um reencontro, na data de 14 de julho de 1987.

4.4 Colégio Dom Aguirre

O Colégio Dom Aguirre começou a ser idealizado em 1983, pelo Professor Aldo Vannucchi. O Conselho Superior da Fundação Dom Aguirre e o colegiado técnico administrativo da Fundação Dom Aguirre, autorizaram a criação do colégio no mesmo ano. Segundo Neves (1998) nos meses de novembro e dezembro de 1983, aconteceram os primeiros contatos para a escolha do pessoal que iria trabalhar na instituição de ensino.

O colégio iniciou suas atividades com 18 alunos, na 1ª série do colegial em 13 de fevereiro de 1984, sob a Direção da Prof.^a Maria Aparecida Corrêa Maia. Devido à grande procura, foram criados, nos anos seguintes, segundo Neves (1998, p. 97) os cursos:

Ensino fundamental, autorizado pela Portaria do Diretor Décimo da Divisão, nº 26/86, publicada no Diário oficial do Estado de 02/05/86;
 Pré-Escola, autorizada pela Portaria 02/02/89, do Diretor Regional de Ensino, publicado no D.O.E de 21/02/89;
 Ensino do 2º grau, Habilitação Específica para o Magistério, autorizado pela Portaria nº 14/01/93, de 14/01/93, do Diretor Regional, publicado no D.O.E de 23/01/93;
 Curso de Educação de Jovens e Adultos, aprovado pela Portaria do Delegado de Ensino de 20/12/97.

Atualmente, segundo o artigo 2º do Regimento Escolar do Colégio Dom Aguirre, o colégio oferece os cursos de:

- I. Educação Infantil, autorizado a funcionar por Portaria da Divisão Regional de Ensino de Sorocaba de 02/02/89, publicado em 21/02/89;
- II. Ensino Fundamental, autorizado a funcionar por Portaria da Divisão Regional de Ensino de Sorocaba de 26/11/86, publicado em 02/12/86;
- III. Ensino Médio, autorizado a funcionar por Portaria da Divisão Regional de Ensino de Sorocaba de 03/01/84, publicado em 06/01/84 e, reconhecido por Portaria CEI de 27/05/86, publicado em 28/05/86;
- IV. Educação Profissional Técnico de Nível Médio;
- V. Cursos Especiais.

Quadro 1 - Demonstrativo quantitativo de alunos do Colégio Dom Aguirre do ano de 1984 a 2021

ANO	CURSO/SÉRIES	Nº ALUNOS	Nº TURMAS
1984	2º Grau	18	1
1985	⁶ 2º Grau	41	2
1986	2º Grau	79	3
1987	Ensino Fundamental e Médio	462	14
1988	Ensino Fundamental e Médio	811	23
1989	Ed. Infantil 3º fase/Fundamental e Médio	939	26
1990	Ed. Infantil 3º fase/Fundamental e Médio	1067	29
1991	Ed. Infantil 3º fase/Fundamental e Médio	1236	33
1992	Ed. Infantil 3º fase/Fundamental e Médio	1579	39
1993	⁷ Ed. Infantil 3º fase/Fundamental/Médio/ Magistério	1918	50
1994	Ed. Infantil 3º fase/Fundamental/Médio/ Magistério	1884	52
1995	Ed. Infantil 3º fase/Fundamental/Médio/ Magistério	2082	56
1996	Ed. Infantil 3º fase/Fundamental/Médio/ Magistério	2392	65
1997	Ed. Infantil 3º fase/Fundamental/Médio/ Magistério	2481	64
1998	⁸ Ed. Infantil 2º e 3º fase/Fundamental/Médio/ Magistério/EJA	2410	64
1999	Ed. Infantil 2º e 3º fase/Fundamental/Médio Diurno e Noturno/ Magistério/EJA	2462	80

⁶ 1º Grau era o termo utilizado na época que corresponde atualmente pelo ensino fundamental. 2º Grau era o termo utilizado na época que corresponde atualmente pelo ensino médio.

⁷ Magistério corresponde à habilitação específica de formação.

⁸ A sigla EJA corresponde a Educação de Jovens e Adultos.

2000	Ed. Infantil/Fundamental/Médio Diurno e Noturno/Magistério/EJA	2781	106
2001	Ed. Infantil/Fundamental/Médio Diurno e Noturno/ EJA	2749	106
2002	Ed. Infantil/Fundamental/Médio Diurno e Noturno	2585	107
2003	Ed. Infantil/Fundamental/Médio Diurno e Noturno	2272	81
2004	Ed. Infantil/Fundamental/Médio Diurno e Noturno	2599	121
2005	Ed. Infantil/Fundamental/Médio Diurno e Noturno	2390	117
2006	Ed. Infantil/Fundamental/Médio Diurno e Noturno	2237	116
2007	Ed. Infantil/Fundamental/Médio Diurno e Noturno	2388	139
2008	Ed. Infantil/Fundamental/Médio Diurno e Noturno	2770	164
2009	Ed. Infantil/Fundamental/Médio Diurno e Noturno	2797	163
2010	Ed. Infantil/Fundamental/Médio Diurno e Noturno	2850	177
2011	Ed. Infantil/Fundamental/Médio Diurno e Noturno	2432	146
2012	Ed. Infantil/Fundamental/Médio Diurno e Noturno	2363	152
2013	Ed. Infantil/Fundamental/Médio Diurno e Noturno	2351	144
2014	Ed. Infantil/Fundamental/Médio Diurno e Noturno	2358	154
2015	Ed. Infantil/Fundamental/Médio Diurno e Noturno	2331	148
2016	Ed. Infantil/Fundamental/Médio Diurno e Noturno	1988	121
2017	Ed. Infantil/Fundamental/Médio Diurno e Noturno	1461	68
2018	Ed. Infantil/Fundamental/Médio Diurno e Noturno	1206	50
2019	Ed. Infantil/Fundamental/Médio Diurno	1178	50
2020	Ed. Infantil/Fundamental/Médio Diurno	1165	53
2021	Ed. Infantil/Fundamental/Médio Diurno	1276	51

Fonte: Elaboração própria com dados utilizados do Livro de Registro de Matrículas do Colégio Dom Aguirre.

No ano de 2021 o Colégio Dom Aguirre contava com 1276 alunos e 96 professores no seu corpo docente.

O Colégio Dom Aguirre está localizado na Avenida General Osório, nº 215, em Sorocaba, desde 1984 neste mesmo endereço.

O Colégio não é uma escola confessional, porém, à luz de princípios cristãos, sua missão é “Formar o cidadão consciente à luz de princípios cristãos”, inspirado nos princípios de liberdade e responsabilidade, nos ideais de justiça e solidariedade. Sua finalidade é ministrar educação escolar visando ao pleno desenvolvimento da pessoa para o exercício da cidadania, para o trabalho, como cidadãos conscientes, dinâmicos e participantes na comunidade, à serviço da sociedade brasileira, observando-se as condições físico-humano-técnicas.

A proposta do Colégio, com métodos inovadores e tecnológicos, tem como filosofia de ensino a ministração da educação escolar, formando cidadãos responsáveis e conscientes do seu papel na sociedade. Também é proposta do colégio, o incentivo ao esporte, à cultura, e à formação de valores.

Em parceria com a Internacional School, os alunos da Educação Infantil ao Ensino Médio têm em sua matriz curricular o Ensino Bilíngue, estratégia de ensino, que valoriza a

língua inglesa como elemento fundamental em atividades curriculares, extracurriculares, e na formação integral dos indivíduos.

O Colégio Dom Aguirre oferece Educação Básica em todos os níveis, Infantil; Ensino Fundamental; Anos Iniciais e Finais; Ensino Médio; Cursos Extracurriculares e Oficinas.

O Colégio Dom Aguirre tem uma estrutura completa, em um Campus que possui seis prédios, dos quais três são de salas de aulas, incluindo um específico para a Primeira Infância. Os outros são para biblioteca, administração e área poliesportiva. Em 9.962,00 m² de terreno, com uma área construída de 11.059,00 m², contendo ainda, dois laboratórios de informática, duas quadras poliesportivas, um laboratório de Ciências, um de artes, salas específicas para a robótica, para oficinas de dança e capoeira. Todo o prédio oferece instalações de rede *WI-FI*. Todos os espaços são equipados com multimídia.

4.5 Projeto “Nossa Creche”

Em 1984, a Fundação Dom Aguirre propôs a seus órgãos colegiados a criação da nominada “Nossa Creche”, que funcionaria para atender os filhos de funcionárias, de professoras, e das alunas das suas unidades de ensino. O atendimento seria realizado para as crianças com idade de três a seis anos. Os primeiros contatos e estudos para a implantação da creche na fundação iniciou no mês de abril e se estende até o mês de junho de 1984, por meio da Professora Cécilia Marly de Sá, que fazia parte do corpo docente da Faculdade de Filosofia. Segundo Neves (1998) “Funcionaria no horário das 7h00 min às 22h30 min, de 2^a a 6^a feiras. No caso de disponibilidade de vagas, a creche atenderia, também, às crianças indicadas pela Prefeitura Municipal e demais famílias da comunidade”.

Fundamentada no artigo 5º do Estatuto da Fundação Dom Aguirre, o mote de criação de um projeto como a “Nossa Creche” se apoiava no objetivo de “Criar, manter e administrar outras entidades ou obras de assistência social, de promoção humana e/ou cultural, visando ao bem da comunidade, máximo da população carente”. De acordo com Neves (1998, p. 99):

A “Nossa Creche” foi instalada no dia 18 de março de 1985, em um imóvel situado na Rua Virgílio de Mello Franco, nº90, e a oficialização deu-se no dia 26 de abril, com a presença de autoridades, diretores, professores, alunos e funcionários. Dom José Lambert, Presidente da Fundação Dom Aguirre, após a celebração Eucarística, procedeu à benção das instalações e enalteceu o acontecimento, discorrendo sobre a creche e suas finalidades. A Professora Helenice de Barros, foi responsável pela supervisão.

Segundo Neves (1998, p. 99). “Durante o ano de 1985, foram atendidas 35 (trinta e cinco) crianças no total, sendo 10 de alunas da Faculdade de Filosofia, cinco de funcionárias da Fundação, 16 de pessoas da comunidade e 3 crianças indicadas pela Prefeitura Municipal”.

No dia 13 de agosto de 1985, a Fundação Dom Aguirre firmou um convênio junto a Prefeitura Municipal de Sorocaba, com o intuito de contratar duas regentes maternais para a creche. Segundo Neves (1998, p. 100):

A Fundação recebeu da Prefeitura Municipal, nesse ano, a verba de Cz\$ 10.680.000,00 (dez milhões, seiscentos e oitenta mil cruzados). Esse convênio foi renovado, no dia 6 de outubro de 1986, passando a “Nossa Creche” a receber a importância de Cz\$ 43.680,00 (quarenta e três mil, seiscentos e oitenta cruzados).

No segundo semestre de 1987, a Fundação Dom Aguirre revelou a possibilidade de encerramento das atividades da “Nossa Creche”, devido a situações financeiras, além da necessidade de reforma no prédio que a creche estava alocada, e a proprietária não concordava.

A partir desta, a Fundação Dom Aguirre, firmou convênios com outras creches, para realizar o atendimento aos filhos de suas professoras e funcionárias.

De 1985 a 1987, a “Nossa Creche” beneficiou 80 crianças.

4.6 Universidade de Sorocaba

A UNISO é uma universidade comunitária, considerando-se que: Universidade comunitária é a universidade instituída, mantida e supervisionada por uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, gerida por colegiados constituídos de representantes de professores, alunos e funcionários e da sua entidade mantenedora, bem como da sociedade em geral. (VANNUCCHI, 2004, p. 31-32).

O projeto UNISO desenvolveu-se durante a gestão do Prefeito Paulo Francisco Mendes que deu total apoio à ideia. Foi criado o cargo de Coordenador Municipal do Ensino Superior, pelo Decreto nº 6.169, de 15 de março de 1988. Dentre suas atribuições, esse coordenador deveria: a) Contatar as Faculdades de Sorocaba para avaliar possibilidades de criação da Universidade de Sorocaba; b) levantar as possibilidades de preparo de um anteprojeto para a criação da referida Universidade; c) encaminhar todas as providências para viabilizar os itens anteriores, dando ciência regular à Secretaria de Educação e Cultura de Sorocaba.

Contratado para esse cargo de Coordenador, o Prof. Aldo Vannucchi, que já coordenava o Projeto UNISO, pela Fundação Dom Aguirre, obteve do Prefeito outra medida de apoio, a criação da Comissão Municipal de Apoio à Universidade. Essa Comissão foi constituída, no primeiro momento, pelos seguintes membros: Júlio Milko, Arthur Klink, Benedicto Pagliato,

Victor Monaldo, José Mussi, Camilo Júlio Filho, Jorge Narciso de Mattos e Geraldo Maria Brocca Casagrande.

O coordenador visitou grandes e pequenas empresas da cidade para pedir apoio moral e financeiro. Essa aproximação rendeu a doação de Cz\$ 5.167.000,00 (Cinco milhões, cento e sessenta mil cruzados), como que permitiu o custeio dos primeiros trabalhos preparatórios da criação da Universidade.

Uma das questões que o Projeto UNISO deveria considerar era a definição de áreas em que se pudesse instalar a futura Universidade, além do imóvel do Trujillo.

Foram doadas três áreas: uma pela Construtora Alavanca, dirigida pelo Sr. Fernando Stecca Filho, de 27.688 k m² (vinte e sete mil seiscentos e oitenta e oito quilômetros quadrados) dentro do loteamento do Ibiti do Paço, Sorocaba. Essa área foi acrescida de outra contígua, de 46.280m² (quarenta e seis mil duzentos e oitenta metros quadrados) no mesmo loteamento, de propriedade da Prefeitura Municipal, pela Lei de nº 3.186, assinada pelo Prefeito Dr. Antônio Carlos Pannunzio.

A terceira área de 15.916m² (quinze mil novecentos e dezesseis metros quadrados) foi doada em Votorantim, no Jardim Clarice, pela Prefeitura Municipal.

Cumprir registrar que essas áreas não puderam ser imediatamente ocupadas, por falta de recursos financeiros imediatos e, por isso, foram devolvidas, anos depois, aos seus proprietários.

O primeiro passo para a criação da Universidade foi preparar a Carta Consulta, vasta documentação necessária para pleitear e justificar esse sonho, no Conselho Federal de Educação, este trabalho levou dois anos. Aceita a solicitação, criou-se a comissão interna para a devida interlocução com a comissão externa, formada por membros daquele Conselho, sob a presidência da Conselheira Margarida Maria do Rego Pires, comissão que, após 17 visitas e inúmeras reuniões, elaborou 7 relatórios parciais sobre diferentes setores da Instituição, todos com apreciação positiva, de modo a culminar no parecer final, aprovado por unanimidade pelo plenário do Conselho Federal de Educação.

Após análise da Carta-Consulta e de toda a documentação complementar que recebera da Instituição, a Conselheira Margarida Maria concluiu e apresentou seu parecer, ao Plenário do Conselho Federal de Educação.

Esse parecer foi examinado e aprovado pela Comissão Especial de Autorização e Reconhecimento de Universidades. Graças ao parecer positivo da Conselheira Margarida Maria, o Presidente do Conselho Federal de Educação, pelo Parecer 750/90, de 10 de outubro de 1990, decidiu: I – Pela aceitação da Carta-Consulta da Fundação Dom Aguirre, visando à

criação, por via de reconhecimento, da Universidade de Sorocaba, fixando o prazo de acompanhamento por um período mínimo de dois anos, previsto pela Resolução CFE 03/83 e Portaria CFE 11/83; II – Fica vedado o uso da expressão “Universidade”, enquanto não se fizer o devido reconhecimento pelo CFE; III – nos termos da Resolução CFE 02/90, a IES ficará sujeita, durante o período de acompanhamento, ao ajustamento de seu processo às normas que vierem a ser expedidas sobre a matéria.

Em 1994, pela Portaria nº 1.364, de 13 de setembro de 1994, publicada no Diário Oficial em 15 de setembro de 1994, chegou-se à criação da UNISO.

Em 28 de outubro, foi instalada a Universidade, em sessão solene, no Teatro Municipal Teotônio Vilela, seguida por uma recepção festiva de júbilo e conagração, no Clube de Campo de Sorocaba, oferecida pela Prefeitura Municipal.

De acordo com o Estatuto da UNISO, a missão da UNISO é:

Ser uma Universidade Comunitária que, por meio da integração do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, produza conhecimentos e forme profissionais, em Sorocaba e Região, para serem agentes de mudanças sociais, à luz de princípios cristãos. (UNIVERSIDADE DE SOROCABA, 2017).

O crescimento do número de alunos com os novos cursos evidenciou a necessidade de mais espaço físico e a solução mais rápida foi a instalação de um novo campus na cidade de Sorocaba, o que se tornou possível graças a negociação da entidade mantenedora da Universidade, a Fundação Dom Aguirre, com a Mitra Diocesana, proprietária do Seminário Menor São Carlos Borromeu, na Avenida Eugênio Salerno, nº 100, um dos patrimônios arquitetônicos mais nobres de Sorocaba.

Inaugurado em agosto de 1996, ali passaram a funcionar três cursos novos, Jornalismo, Publicidade e Direito, os cursos de Especialização, a Reitoria e vários outros setores, como os Núcleos de Estudos Ambientais e o de Cultura Afro-Brasileira e a Universidade da Terceira Idade. Posteriormente, funcionaram lá os cursos de Hotelaria, Turismo e Terapia Ocupacional. E começaram a avançar as primeiras ideias para a criação na UNISO do Curso de Ciências Farmacêuticas, diante da carência de profissionais formados na cidade e região.

Uma biblioteca setorial também foi implantada para atender aos cursos recém-instalados, assim como o setor de Mídias, Secretaria, setores administrativos, agência bancária e as Pró-Reitorias Comunitária e de Pós-graduação e Pesquisa, obtendo-se uma estrutura quase igual à do campus Trujillo. Laboratórios de última geração para as áreas de comunicação e informática também foram construídos.

Em 1996, a UNISO, uma universidade que nem completara três anos de idade, projetava já seu terceiro campus bem maior, necessário ao seu desenvolvimento. Impôs-se então a busca da área ideal. E assim a Reitoria e a Entidade Mantenedora deram os passos para a escolha do melhor espaço da futura Cidade Universitária. Essa definição foi efetivada em reunião no dia 21 de junho de 1996, pelo Conselho Superior da Fundação Dom Aguirre, que aprovou a compra de uma área de 1.383.882,58m², a 6 km do centro da cidade, no quilômetro 92,5 da Rodovia Raposo Tavares, no entroncamento da Avenida São Paulo com aquela rodovia, área que incluía os 100.000m² já doados por Flávio Nelson da Costa Chaves e José Carlos Ventri, sócios diretores da Terrainvest Empreendimentos e Construções Ltda.

Essa área sem indústrias poluidoras a seu redor foi comprada pela Fundação Dom Aguirre por R\$ 15.300.000,00 (Quinze milhões e trezentos mil reais).

No dia 23 de abril de 1997 foi lançado oficialmente o projeto arquitetônico desse novo campus desenhado pelo Arquiteto Ricardo Bandeira, com apoio dos engenheiros Marco Antônio Bengla Mestre, especialista em planejamento urbano, e José Antônio de Milito, professor e coordenador da Faculdade de Engenharia da cidade. O projeto foi apresentado às autoridades sorocabanas e à imprensa por Dom José Lambert, presidente do Conselho Superior da Fundação Dom Aguirre.

Lançada a pedra fundamental, em maio de 1998 e concluída a primeira etapa da obra, com 16.500m² de área construída, chegou-se à solenidade de inauguração da Cidade Universitária, com três blocos de salas de aula e um prédio administrativo, em 30 de julho 1999, na presença do Governador Mário Covas, de Dom José Lambert, do Prefeito Renato Amary, de vários Prefeitos da região e outras autoridades. A obra foi financiada por R\$ 22.000.000,00 (Vinte e dois milhões de reais) captada do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

Os primeiros cursos em funcionamento foram, Administração de Empresas, Administração em Comércio Exterior, Análise de Sistemas, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Direito, Farmácia e Terapia Ocupacional - englobando 3.400 alunos. Com a grande procura de estudantes, foram criados novos cursos, resultando no crescimento de número de matriculados, conforme o quadro a seguir:

Tabela 2 - Demonstrativo Quantitativo de alunos por ano da UNISO

ANO	Quantidade de alunos	ANO	Quantidade de alunos
1992	2.200	2009/01	7.263
1993	1.924	2009/02	6.972
1994	3.960	2010/01	7.481
1995	4.008	2010/02	6.832
1996	4.264	2011/01	7.943
1997	4.588	2011/02	8.251
1998	5.422	2012/01	9.357
1999/01	6.409	2012/02	8.613
1999/02	6.520	2013/01	9.749
2000/01	6.902	2013/02	9.176
2000/02	6.611	2014/01	10.182
2001/01	7.549	2014/02	9.524
2001/02	7.472	2015/01	10.325
2002/01	7.918	2015/02	9.440
2002/02	7.957	2016/01	9.567
2003/01	8.348	2016/02	8.888
2003/02	8.021	2017/01	9.244
2004/01	8.952	2017/02	8.517
2004/02	7.941	2018/01	8.741
2005/01	8.363	2018/02	8.147
2005/02	7.973	2019/01	8.377
2006/01	8.388	2019/02	7.738
2006/02	8.027	2020/01	7.747
2007/01	8.682	2020/02	6.750
2007/02	8.092	2021/01	6.790
2008/01	7.606	2021/02	6.361
2008/02	7.397	2022/01	7.128

Fonte: Elaboração Própria com dados do sistema TOTVS da UNISO.

Segundo a edição comemorativa Universidade de Sorocaba 25 anos, a cidade universitária é composta por uma:

Área com mais de 1,3 milhão de metros quadrados, localizada em uma região livre de poluição, a apenas seis quilômetros do centro da cidade de Sorocaba. [...] A aquisição da área compreendeu duas glebas. Na gleba A, foram edificados todos os prédios projetados para a criação do novo campus, e outros que se seguiram ao longo dos anos. Em outra área, a gleba B, com entrada também pela Rodovia Raposo Tavares, está a casa sede da antiga residência do primeiro proprietário. Nesse espaço, estão o Núcleo de Estudos Ambientais (NEAS), canteiros de plantas medicinais, estufas de produção de mudas, laboratório de sementes, viveiros de mudas, o Centro de Estudos e Práticas Agrícolas, o Galpão de Agronomia e a Fazenda – Escola, o laboratório de microbiologia industrial e processos fermentativos, laboratório multiuso, laboratório de botânica, museu de zoologia e salas de aulas [...]. (UNIVERSIDADE DE SOROCABA, 2019, p. 28-29)

Em 2019, a UNISO comemorou e festejou seus 25 anos de existência, com 62 Cursos de Graduação, 20 de Especialização, 4 de Mestrados e 4 de Doutorados. Neste período a Universidade já contava com 11.000 alunos entre os programas de Graduação, Pós-Graduação e Extensão, nos três campus: Trujillo, Seminário e Cidade Universitária. contando com 1/3 dos professores em tempo integral e cerca de 90% do corpo docente é formado por mestres e doutores. Sua produção intelectual é reconhecida, nacional e internacionalmente, considerada a sétima universidade brasileira em citação de artigos científicos, segundo o Ranking Universitário da Folha de São Paulo.

A UNISO, atualmente, possui 64 cursos de graduação e 6.635 alunos assim distribuídos:

Quadro 2 - Demonstrativo Quantitativo de alunos nos cursos da UNISO 2021

Graduação:	6.471 alunos matriculados
Extensão:	55 alunos matriculados
Pós-Graduação: Strict Sensu	84 alunos matriculados
Pós-Graduação: Lato Sensu	25 alunos matriculados

Fonte: Elaboração Própria com dados do sistema TOTVS da UNISO.

Quadro 3 - Demonstrativo Quantitativo de alunos concluintes, de professores e colaboradores da UNISO

Estatística dos alunos concluintes de 1957 a 2021	53.016
Número de Professores em 2021	376
Número de Colaboradores Administrativos em 2021	275

Fonte: Elaboração Própria com dados do sistema TOTVS da UNISO.

A Biblioteca “Aluísio de Almeida” cresceu em espaço físico e organizacional, recebendo em 1994, com a transformação das Faculdades em Universidade de Sorocaba, o sonhado título de Biblioteca Universitária. No dia 11 de setembro de 2004, foi inaugurado o prédio da Biblioteca Aluísio de Almeida, considerada uma das 10 maiores e melhores bibliotecas universitárias do País, com 5.723 m² de área construída, distribuída em 5 andares, num investimento de R\$5,6 milhões. Contava, então, a Biblioteca com 110.600 títulos, 55.304 volumes e 1.143 periódicos.

Atualmente, a Biblioteca da Cidade Universitária conta com um acervo de mais de 234.000 volumes em acervo físico e mais de 20.900 títulos em acervo digital.

Antes mesmo de ser universidade, a Instituição sempre ofereceu cursos de especialização, a chamada Pós-Graduação *lato sensu*. Esses cursos ganharam incremento, na Faculdade de Filosofia, a partir da década de 80, com ofertas, especialmente, na área de Letras.

Com o objetivo de consolidar essa atividade, a UNISO passou a lançar novos cursos, ano a ano, seja por propostas de professores antenados com o mercado de trabalho seja pela detecção direta das necessidades de grupos profissionais de Sorocaba e região.

Surgiram assim os cursos de Gestão em Comunicação Empresarial, Gestão em Educação, Administração Escolar, Gestão de Negócios Hoteleiros, Gestão Socioambiental, Gestão da Qualidade e Segurança Alimentar, Fisiologia do Exercício, Farmácia Hospitalar, Gramática, Ensino e Aprendizagem da Língua Inglesa, MBA Executivo em Finanças Corporativas, Administração da Produção e Logística, Administração de Marketing, Contabilidade Gerencial, Controladoria, Gestão de Recursos Humanos, Gestão Estratégica de Negócios e Psicopedagogia.

Hoje, todos os cursos são dados tanto presencialmente como online, a partir da Cidade Universitária.

Em seu início, a UNISO contava apenas com alguns projetos de pesquisa autônomos de poucos docentes e outros ligados a cursos do mestrado e doutorado de outras universidades. Foi criado também um projeto especial de pesquisa mensal em supermercados, a cargo do Curso de Ciências Econômicas, projeto que se tornou vitorioso e permanente. O mais importante, porém, foi o I Encontro de Pesquisadores, com 67 comunicações científicas. Nesse ano também a UNISO recebeu a primeira verba da Fapesp, para implantar um Laboratório de Física Nuclear, o primeiro da região. Da mesma forma, a UNISO, mediante a Fundação Dom Aguirre, credenciou-se no CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), para importação de bens, com isenção de taxa pelo período de cinco anos.

Foi no campus Seminário também que se deu o começo do Programa de Iniciação Científica da Universidade e foram iniciados os Corais da Terceira Idade e Universitário, bem como foi implementado o Projeto de Educação de Jovens e Adultos “Sorocaba 100 Analfabetos”, que se tornou o Programa de Educação de Jovens e Adultos, Proeja, de âmbito regional.

O campus Seminário foi, com certeza, um espaço privilegiado de reflexão construtiva para a nova Universidade. Importantes e históricas decisões ali foram tomadas. Citando algumas. O triunfo maior desse campus foi que, ali, iniciou-se o primeiro Mestrado da Universidade e de toda a região, o Programa de Pós-Graduação em Educação *Stricto Sensu* – mestrado - inaugurado no ano de 2003, em seguida, o Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*

em Comunicação e Cultura (mestrado) em 2006, depois, os Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* – mestrado - em Ciências Farmacêuticas em 2008 e Processos Tecnológicos e Ambientais em 2017.

Recredenciada pelo MEC, em 29 de maio de 2012, a UNISO teve aprovado pela CAPES seu quarto Mestrado em Processos Tecnológicos e Ambientais (Mestrado Profissional), bem como o segundo doutorado em Ciências Farmacêuticas. E, no ano de 2017, todos os Mestrados e Doutorados obtiveram conceito 4, na avaliação quadrienal da Capes.

Juntamente novos núcleos de estudo foram criados: Núcleo de Estudos Empresariais – NEEUS, Núcleo de Estudos da Comunicação – NEC, Núcleo de Esportes, Lazer e Recreação – NERUS e Núcleo de Estudos em Matemática – NEM. Foram também iniciados alguns trabalhos de alfabetização de adultos, com a implantação de 4 núcleos em assentamento do Movimento dos Sem Terra.

Vale notar ainda que, nesse tempo, aconteceu a adesão da Universidade à Rede Interuniversitária do Trabalho – Unitrabalho, sendo que a UNISO já era membro da ABRUC – Associação Brasileira das Universidades Comunitárias - com sede em Brasília, definindo assim sua diferença em relação aos particulares e públicas, porque, como comunitária, é propriedade da comunidade e por representantes da comunidade é gerida.

Para estabelecer o exercício permanente do compromisso de fazer e ser uma autêntica Universidade Comunitária, foi então definido por representantes dos alunos, funcionários e professores e pela Reitoria o primeiro Projeto Institucional e Pedagógico da Universidade.

4.7 Projetos de Extensão

Toda universidade se estrutura pelo tripé: Ensino – Pesquisa – Extensão. E é pela extensão que a UNISO se distingue também, mediante cursos, projetos, inúmeras e contínuas atividades circunstanciais. Sobretudo por seus programas, por meio dos quais são desenvolvidos inúmeros trabalhos de promoção da cidadania da comunidade em geral e melhoria das condições de vida da sociedade e, particularmente, da população mais desassistida de Sorocaba e região.

Foi assim que a Universidade criou, sob a responsabilidade de seu curso de Direito, o Serviço de Assistência Jurídica Gratuito – SAJU, credenciado pela Ordem dos Advogados do Brasil, onde alunos do Curso de Direito prestam, voluntariamente, assistência jurídica à população que não pode pagar advogado.

Outro programa, o Sorocaba e Região 100 Analfabetos, está entre os mais expressivos. Milhares de jovens e adultos em Sorocaba e outros 10 municípios da região já foram alfabetizados por professores com formação específica. Hoje, continua funcionando com o nome PROEJA – Programa de Educação de Jovens e Adultos, incluindo toda a educação básica, com o apoio das Prefeituras da região.

O PROEJA trata-se de um Programa de Educação de Jovens e Adultos, criado em 1998 através da Campanha Nacional de Fraternidade “Educação e Fraternidade” lançada pela Igreja Católica. As universidades de Sorocaba em parceria com a Arquidiocese de Sorocaba criaram o PROEJA com a intenção de erradicar o analfabetismo em Sorocaba e região, visando não somente à alfabetização, mas também a possibilidade de conclusão do ensino fundamental.

Em virtude de grande demanda, em 2000, o projeto se expande para o ensino médio, atendimento este, que vigeu até 2004. Em 2004 o programa iniciou uma série de contatos com Escolas Estaduais Supletivas, com a intenção de encaminhar os alunos que ingressam no ensino médio. Também no ano de 2004, em parceria com o Hospital Oftalmológico de Sorocaba, iniciaram atendimentos oftalmológico dos alunos e professores.

Do ano de 1998 a 2021 foram 31.088 alunos atendidos no programa, entre os municípios de Alumínio, Araçariguama, Araçoiaba da Serra, Boituva, Capela do Alto, Itapetininga, Itu, Iperó, Jumirim, Laranjal Paulista, Mairinque, Pilar do Sul, São Roque, Sorocaba, Salto de Pirapora, Pereiras, Porto Feliz, Quadra, Tatuí, Tietê e Votorantim.

Do ano de 1998 a 2021 foram 5.931 alunos formados, estima-se que cerca de 38% dos alunos abandonam o programa antes de concluir.

De 2004 a 2019 foram 4.184 atendidos no exame oftalmológico e 372 encaminhamentos ao hospital.

Memorável também, é o Programa de Desenvolvimento Comunitário – PRODEC, realizado por professores e alunos, em parceria com a Caixa Econômica Federal, na promoção da cidadania, mediante a formação de cooperativas e de associações de bairros, entre outras formas de organização. Por esse programa, 7.600 moradores de seis conjuntos habitacionais de Sorocaba e Araçoiaba da Serra foram beneficiados.

Também no Presídio do Mineirão, em Sorocaba, em parceria com a Fundação Professor Manoel Pedro Pimentel – FUNAP, foram desenvolvidas com detentos atividades ligadas à defesa da cidadania, à promoção da cultura e expressão artística.

Vale acrescentar os projetos e serviços prestados na área da saúde, por professores e alunos dos cursos de Terapia Ocupacional, Enfermagem, Psicologia e Farmácia.

4.8 Universidade da Terceira Idade

A Universidade da Terceira Idade é um projeto de extensão que tem como objetivo permitir e introduzir às pessoas que se encontram na terceira idade uma perspectiva de educação continuada, através de atividades educativas, socioculturais, organizativas e de ação comunitária. Dessa maneira, cria-se formas para facilitar a inclusão sociocultural da terceira idade, possibilitando a auto identificação de potencialidades e possibilidades de atuação cultural e ocupacionais, promovendo a autovalorização da pessoa que se encontra na terceira idade.

De acordo com documentos institucionais, a Universidade da Terceira Idade é um projeto de extensão sem compromisso de carreira profissionalizante, porém de atualização social e cultural, aberto para um determinado público alvo, específico da terceira idade, cujo critério para matrícula é a idade a partir de 45 anos (podendo haver flexibilidade).

Foi elaborado um anteprojeto que apresentou instrumentos de pesquisa de campo, com o objetivo de se conhecer o perfil do público da terceira idade. Este documento foi revisado e aprovado em 1991, pela consultora Dra. Eva Maria Lakatos. O projeto final foi aprovado em dezembro de 1991, pelo Departamento de Educação e Conselho Departamental da Universidade de Sorocaba – UNISO.

Dos anos de 1992 a 1994, o projeto passou por algumas adaptações que se faziam necessárias, sendo reelaborado e atualizado, e novamente aprovado pelo Departamento de Educação, em dezembro de 1994.

O projeto da Universidade da Terceira Idade foi formatado dentro dos padrões das universidades da terceira idade do Brasil. O começo da implantação da Universidade da Terceira Idade ocorreu no dia 15 de novembro de 1995, inserida no curso “Viver com Saúde” durante uma palestra ministrada pelo Professor Aldo Vannucchi, que na época era o reitor da Universidade de Sorocaba. A primeira coordenação ficou a cargo da Professora Vilma Guimarães Durelli.

Definitivamente, em fevereiro de 1996, a Universidade da Terceira Idade foi implantada com a criação e elaboração dos módulos de disciplinas.

Tabela 3 - Alunos matriculados anualmente na Universidade da Terceira Idade

Ano	Matriculados	Ano	Matriculados
1998	287	2010	1.642
1999	183	2011	1.775
2000	135	2012	1.958
2001	269	2013	1.083
2002	441	2014	1.959
2003	462	2015	1.927
2004	1.085	2016	1.439
2005	860	2017	1.688
2006	1.071	2018	1.208
2007	1.481	2019	980
2008	1.590	2020	547
2009	1.763		

Fonte: Elaboração Própria com dados do sistema TOTVS da UNISO.

O idoso muitas vezes encontra dificuldades para acompanhar as rápidas e intensas transformações do mundo, isso pode levar à desmotivação de continuar o processo de ensino – aprendizado. O objetivo da Universidade da Terceira Idade é motivar os estudos, para que o idoso possa viver bem e intensamente a realidade presente, buscando estimular sempre a manter estas atividades de ensino e aprendizagem associadas às de lazer, desenvolvimento da criatividade e da vontade de querer ver, viver e aprender sempre mais.

A Universidade de Sorocaba como instituição de nível superior, considera a importância da interação de conhecimento por ela produzido com o saber acumulado através dos anos pelas pessoas da terceira idade. Abordar o envelhecimento no contexto global, tendo em vista que mais importante que a atividade em si, é o convívio e as trocas de experiências com outras pessoas e a possibilidade de serem estabelecidos laços sociais consistentes e solidários.

4.9 Cultura Escolar

A Fundação Dom Aguirre contribuiu de maneira sólida, não somente na educação, mas também na cultura da cidade de Sorocaba, pois a educação e a cultura estão totalmente relacionadas entre si. De acordo com Julia (2001, p. 10) o conceito de Cultura Escolar é compreendido como um

[...] conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidade que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização).

No mesmo sentido, Chaves (2015, p. 3) descreve que:

[...] a cultura seja geral ou específica – referindo-se ao contexto escolar, está relacionada com o compartilhamento de valores ou a transmissão de conhecimentos e condutas, e que estes valores conhecimentos e condutas, podem ser modificadas de acordo com a época, as pessoas e as práticas pertencentes a determinado contexto social.

Segundo Forquin (1993) a relação entre educação e cultura se constrói de maneira interdependente.

[...] a cultura é o conteúdo substancial da educação, sua fonte e sua justificação última: a educação não é nada fora da cultura e sem ela. Mas reciprocamente, dir-se-á que é pela e na educação, através do trabalho paciente e continuamente recomeçado de uma “tradição docente” que a cultura se transmite e se perpetua: a educação “realiza” a cultura como memória viva, reativação incessante e sempre ameaçada, fio precário e promessa necessária de continuidade humana. (FORQUIM, 1993, p. 14)

Pode-se dizer que, através do contexto escolar e das práticas escolares educativas, a cultura se expande e cria forma de fonte de geração de conhecimento. Segundo Julia (2001) quando se fala em cultura escolar é preciso compreender cada contexto em que determinadas práticas são possíveis de se aplicar. As relações que se desenvolvem tanto em sala de aula, quanto nos pátios do recreio estão ligadas às culturas familiares dos alunos.

Desta maneira, não há como deixar de refletir sobre a transcendência da relação entre a educação e a cultura, pois é no contexto escolar que acontecem as variadas relações sociais, onde de forma constante são realizadas a produção das práticas sociais. Segundo Chaves (2015, p. 10) “[...] nesse sentido, podemos afirmar que a cultura está associada às relações sociais e relacionada a tudo que é humanamente construído, produzindo as práticas sociais que constituem as histórias sociais”. A Fundação Dom Aguirre contribuiu para a cultura na

formação social de seus respectivos alunos, com conjuntos de normas e práticas abordadas em toda a sua trajetória, auxiliando a cidade de Sorocaba em seu desenvolvimento social e cultural, formando cidadãos e construindo histórias.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação, que tem como tema “As Contribuições da Fundação Dom Aguirre à Educação no Município de Sorocaba de 1963 a 2021” está atrelada a minha trajetória junto à Fundação Dom Aguirre, iniciada em 1984, perpetuando até a presente data. Comecei a minha história na Fundação Dom Aguirre na função de escriturária, caminhei e cheguei à função de administradora geral da Fundação Dom Aguirre, e recentemente fui empossada como diretora do Colégio Dom. A história e as contribuições da Fundação Dom Aguirre são inúmeras, porém, existem pouquíssimas obras que relatam todo o seu crescimento e desenvolvimento. Sinto-me incumbida dessa missão, diante disso, a minha intenção é a de transmitir todas as contribuições da Fundação Dom Aguirre, com muito orgulho, admiração e gratidão.

A pesquisa buscou auxílio e fundamento, principalmente, em dois autores e amigos, os quais participaram diretamente na história da Fundação Dom Aguirre, são eles, José Carlos de Araújo Neves e Aldo Vannucchi. A pesquisa, ainda, utilizou como fonte, a dissertação do autor Leonardo de Lima Rossini, documentos oficiais da Fundação Dom Aguirre e a base de dados da Universidade de Sorocaba.

A Fundação Dom Aguirre foi a mantenedora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, transformada mais tarde em Faculdades Integradas Dom Aguirre, e depois na Universidade de Sorocaba – UNISO e mantenedora do Colégio Dom Aguirre, instituições localizadas na cidade de Sorocaba – SP.

De acordo com seu Estatuto, a Fundação Dom Aguirre é uma entidade educacional, sem fins lucrativos, de caráter filantrópico, instituída em 12 de outubro de 1963, por Dom José Carlos de Aguirre, Bispo Diocesano, Artidoro Mascarenhas; Prefeito Municipal; Pedro Augusto Rangel, Presidente da Câmara Municipal de Sorocaba; Aldo Vannucchi, Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba e José Carlos de Araújo Neves, Secretário dessa mesma Faculdade.

Para chegar a esta conclusão, a pesquisa buscou primeiramente, descrever o contexto nacional, regional, e local na década de 1950 referente a educação no Brasil. A década de 1950 foi um divisor para estabelecer diretrizes na educação, pois a sociedade brasileira passava por grandes mudanças, estas, advindas do crescimento do capital industrial e também do crescimento da população. A população tinha anseio pelos estudos, em realizar uma faculdade com o objetivo de se encaixar nos novos modelos de sociedade. Porém, nesta época, a organização da educação era pensada e esquematizada para atender as classes mais altas, as

mais favorecidas em recursos financeiros, não existiam vagas suficientes, pois a estrutura educacional do país não acompanhava sua expansão. A realidade é que grande parte da população não conseguia estudar, e a inclusão de pessoas diversas no ensino superior era ainda mais difícil.

Um dos marcos para a educação foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, prevista pela primeira vez na Constituição de 1946, mas essa Lei específica para a educação brasileira, veio a ser aprovada somente em 1961, a LDB 4.024/61 entre suas disposições, declarou a educação como direito do cidadão, porém não assumiu o compromisso de provê-la a todos. A referida legislação também favoreceu a iniciativa privada por meio de subvenções e financiamentos para a construção, reforma e aquisição de equipamentos para escolas. Estabeleceu diretrizes para a flexibilização de cursos, a constituição das universidades públicas como autarquias ou fundações, as particulares como fundações ou associações, autonomia universitária e a previsão de institutos de pesquisa.

A pesquisa abordou, ainda, os aspectos históricos da Fundação Dom Aguirre. A Fundação Dom Aguirre foi sonhada e projetada através da criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba. A Faculdade iniciou seu funcionamento em 15 de março de 1954, com subsídios da Prefeitura de Sorocaba, depois através da Fundação Scarpa que manteve a Faculdade com recursos financeiros.

A Fundação Scarpa funcionou de 10 de agosto de 1954 a 18 de dezembro de 1956, sua atuação contribuiu de forma substancial para a criação e manutenção da Faculdade, e por razões financeiras, resolveram se retirar, deixando de participar de qualquer dos órgãos da Fundação.

Com a extinção da Fundação Scarpa, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, retornou à responsabilidade da municipalidade.

Um movimento se inicia buscando a Pró-Estadualização da Faculdade, liderado por alguns alunos e professores, que procuraram alguns Deputados Estaduais para criar este movimento dentro da Assembleia Legislativa do Estado, com uma única intenção, estadualizar a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, alegando que a estadualização da Faculdade era a única forma para que a Faculdade voltasse à normalidade, porém o movimento não teve êxito.

Logo a crise financeira embarcada ao movimento foi superada através de empréstimos bancários, levantados pela Direção da Faculdade.

Foi firmado um novo convênio com o Estado em 1958, este convênio estabelecia que o Governo do Estado, através da Secretaria de Educação, subvencionaria a Faculdade, no prazo de 10 anos, a partir do ano de 1959, mas este convênio foi alterado já no ano seguinte.

Extinta a Fundação Scarpa, em 1956, e com a diminuição das verbas Estaduais, a constituição de uma nova Fundação foi muito difícil, diversas foram as tentativas.

O Padre e Diretor da Faculdade da época, Padre Antônio de Oliveira Godinho, tentou em 1957 e 1958, constituir uma nova Fundação, porém estas tentativas foram frustradas.

No dia 12 de outubro de 1963, o professor Aldo Vannucchi apresentou a ideia de constituir uma Fundação, para a manutenção da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, tendo como instituidora a Mitra Diocesana de Sorocaba. A ideia foi aceita unanimemente.

Em 26 de novembro de 1963, a Fundação Dom Aguirre era registrada como Fundação Educacional, sem fins lucrativos, desta forma, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, a partir desta data, ficou dependendo, financeiramente e administrativamente da Fundação Dom Aguirre.

A Fundação Dom Aguirre, possui atualmente, uma área com um total de 1.431.489,83 metros quadrados de terreno e 58.356,30 m² de área construída, e ainda 115.000 m² de área de preservação permanente.

A pergunta que norteou a presente pesquisa foi qual o papel da Fundação Dom Aguirre na educação sorocabana? A intenção foi identificar as contribuições da Fundação Dom Aguirre na educação de Sorocaba. Posso descreve-las com orgulho, alguns fatos se perderam na história e memória, por isso a importância desta pesquisa, tanto para a própria Fundação, como também, para todos aqueles que já fizeram e fazem parte dessa história.

Pode-se enxergar essas contribuições, de maneira mais rápida, através de todas estruturas, projetos e a quantitativamente com a demanda de alunos que já passaram pelas unidades administradas pela Fundação Dom Aguirre.

Inicialmente, pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, a mesma foi autorizada a funcionar pelo Decreto Federal nº 32.038 de 30 de dezembro de 1952, seus primeiros cursos foram: Filosofia, Geografia, História e Letras. Subsequente, para atender a grande demanda de procura dos estudantes de Sorocaba e região, foram criados os cursos de Matemática, Artes Plásticas, Artes Industriais, Técnicas Comerciais, Estudos Sociais, Curso de Formação de Professores, Matemática Plena e Ciências. Segundo Neves (1998, p. 81):

No seu 20º ano de funcionamento, em 1974, a faculdade contou com 12.537 alunos; no ano do seu Jubileu de Prata, em 1979, com 17.226; 1992 foi o último ano em que funcionou como instituição isolada, pois, em 1993, passou a integrar as Faculdades Integradas Dom Aguirre, contando com 3.779 alunos.

Conforme descreve Neves (1998), em 1974 havia passado na Faculdade 12.537 alunos, em 1979 era 17.226 alunos.

Outra contribuição para Sorocaba, foi a Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas de Sorocaba, que teve início de suas atividades, apenas com o curso de Administração de Empresas, com 69 alunos matriculados, no dia 08 de agosto de 1966. Posteriormente, para conseguir atender a demanda de procura dos estudantes de Sorocaba e região, foram criados em 1957 o curso de Ciências Contábeis, e em 1987, o curso de Ciências Econômicas.

Outra contribuição foi durante os anos de 1961 a 1964, funcionou, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, uma classe experimental de jardim de infância, chamada “Maria Montessori”, essa classe era o laboratório das disciplinas de Didática Geral e Especial do curso de Pedagogia.

A contribuição através do Colégio Dom Aguirre, que começou a ser idealizado em 1983, pelo Professor Aldo Vannucchi, louvada a proposta, o colegiado técnico administrativo e o Conselho Superior da Fundação Dom Aguirre, autorizaram a criação do colégio no mesmo ano. O Colégio Dom Aguirre é mantido pela Fundação Dom Aguirre, fundação sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública. O Colégio Dom Aguirre está localizado na Avenida General Osório, nº 215, em Sorocaba, desde 1984 neste mesmo endereço. Em 2021 o Colégio Dom Aguirre possuía 1276 alunos e 96 professores no seu corpo docente.

A Fundação Dom Aguirre contribuiu ainda, em 1984, a criação da nominada “Nossa Creche”, está, funcionaria para atender aos filhos de funcionárias, de professoras, e das alunas, das suas unidades de ensino. Durante o ano de 1985, foram atendidas 35 (trinta e cinco) crianças no total, sendo 10 de alunas da Faculdade de Filosofia, cinco de funcionárias da Fundação, 16 de pessoas da comunidade e 3 crianças indicadas pela Prefeitura Municipal. Neves (1998, p. 99). De 1985 a 1987, a “Nossa Creche” beneficiou 80 crianças

Outra grande contribuição é através da Universidade de Sorocaba. Em 2019, a UNISO comemorou e festejou seus 25 anos de existência, com 62 Cursos de Graduação, 20 de Especialização, 4 Mestrados e 4 Doutorados, com 11.000 alunos de Graduação, Pós-Graduação e Extensão, nos três campus, Trujillo, Seminário e Cidade Universitária, contando com 1/3 dos professores em tempo integral e cerca de 90% do corpo docente é formado por mestres e doutores. Sua produção intelectual é reconhecida, nacional e internacionalmente, considerada a sétima universidade brasileira em citação de artigos científicos, segundo o Ranking Universitário da Folha de São Paulo. A UNISO em 2021, possuía 64 cursos de graduação e 6.635 alunos assim distribuídos, a estimativa é que tenham se formado pela universidade 53.016

alunos. Sem contar as diversas pessoas atendidas através dos Projetos de Extensão, com atendimento jurídico, odontológico, psicológico, a Universidade da Terceira Idade e diversos outros projetos dos demais cursos.

A pesquisa concluiu que as contribuições da Fundação Dom Aguirre são inúmeras, e que esta Fundação, é sem dúvidas, um marco histórico e um presente para a cidade de Sorocaba e Região.

REFERÊNCIAS

BOMENY, Helena. **A educação no segundo Governo Vargas.** Vargas 1951-1954, 2º Tempo. Rio de Janeiro: CPDOC. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/Educacao> . Acesso em: 13 ago. 2021.

BOMENY, Helena. **Educação e desenvolvimento: o debate nos anos 1950.** Rio de Janeiro: CPDOC. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Educacao/Anos1950> . Acesso em: 14 ago. 2021.

BITTAR, Marisa; BITTAR, Mariluce. História da educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade. **Acta Scientiarum. Education**, Maringá, v. 34, n. 2, p. 157-168, jul./dic. 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=303325733002> . Acesso em: 04 out. 2021.

BRASIL. **Lei no 1.821, de 12 de março de 1953.** Dispõe sôbre o regime de equivalência entre diversos cursos de grau médio para efeito de matrícula no ciclo colegial e nos cursos superiores. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L1821.htm. Acesso em: 04 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação e da Cultura. **Histórico da educação profissional e tecnológica no Brasil.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article/30000-uncategorised/68731-historico-da-educacao-profissional-e-tecnologica-no-brasil> . Acesso em: 14 out. 2021.

CUNHA, Luiz A. **Escola pública e escola particular e a democratização do ensino.** São Paulo: Cortez, 1985.

COLESEL, Alessandra; LIMA, Michelle Fernandes de. **O movimento da educação popular nas décadas de 1950 e 1960.** In: SEMINÁRIO DE PEDAGOGIA, 1., 2010; ENCONTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, 4., 2010; JORNADA DE COGNIÇÃO E APRENDIZAGEM, 2., 2010, Irati, PR. Anais [...]. Irati: UNICENTRO, 2010.

CHAVES, Amanda Pires. **Cultura e educação: relações entre a escola e o jogo.** Jornada do núcleo, Eixo Temático: Lúdico e Educação. Universidade de Sorocaba (UNISO), Sorocaba, 2015.

DURHAM, E. R. **O ensino superior no Brasil: público e privado.** São Paulo: USO/Nupes, 2003.

ESTATUTO da Universidade de Sorocaba – UNISO. Disponível em : <https://www.uniso.br/assets/docs/documentos-oficiais/053-17-estatuto-da-universidade-de-sorocaba.pdf>.

FUNDAÇÃO DOM AGUIRRE. **Estatuto da Fundação Dom Aguirre.** Disponível em: <http://www.fda.com.br/estatuto-fda.pdf>

FARIA, Ana Carolina Evangelista *et al.* Método Montessoriano: a importância do ambiente e do lúdico na educação infantil. **Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery**, Juiz

de Fora, n. 12, jan/jun. 2012. Disponível em: <http://re.granbery.edu.br/artigos/NDY2.pdf>. Acesso em: 10 out. 2021.

FORQUIN, Jean-Claude. **Escola e cultura**: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

HABOWSKI, Adilson Cristiano; CONTE, Elaine; MARCHESE, Ederson. O Método Montessori na educação e as novas formas de Sociabilidade. *In*: SIPASE – SEMINÁRIO INTERNACIONAL PESSOA ADULTA, SAÚDE E EDUCAÇÃO, 4., 2018. **Anais [...]**. Porto Alegre: PUCRS, 2018. Disponível em: <https://editora.pucrs.br/edipucrs/acesolivre/anais/sipase/assets/edicoes/2018/arquivos/2.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2021.

ILIOVITZ, Fábio Reviglio. **Região de Sorocaba**: uma análise econômica. Monografia. Graduação em Ciências Econômicas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004. Disponível em: file:///C:/Users/kelly.moraes/Downloads/REGI%C3%83O%20DE%20SOROCABA_UMA%20ANALISE%20ECONOMICA.pdf. Acesso em 11/03/2022.

IBGE. **Censo demográfico 1950/1960**. Rio de Janeiro: IBGE.

IBGE. **Brasil**: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro, 2000. p. 221.

IBGE. **Censo demográfico 2018**. Rio de Janeiro: IBGE.

IPC MAPS. **Índice de Potencial de Consumo Sorocaba 2018**. São Paulo: IPC MAPS, 2018.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, p. 9-44, 2001.

LIMA, T. C. S de; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, p. 37-45, n. esp., 2007.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MEDEIROS NETA, O. M.; LIMA, E. L. M.; BARBOSA, J. K. F.; NASCIMENTO, F. L. S. **Organização e estrutura da educação profissional no Brasil**: da reforma Capanema às leis de equivalência. **Holos**, Natal, ano 34, v. 04, p. 223-235, 2018.

NEVES, José Carlos de Araújo. **Fundação Dom Aguirre**: 35 anos de história. Sorocaba: FDA, 1998.

NEVES, José Carlos de Araújo. Breve histórico da Fundação Dom Aguirre em seu ano jubilar. **Revista de Estudos Universitários**, Sorocaba, v. 14, n. 1, p. 132-145, dez. 1988. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/reu/article/view/4420>. Acesso em: 27 set. 2021.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. Educação superior e desenvolvimento no Estado de São Paulo. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, n. 4, p. 167-182, jan./dez. 2005.

RODRÍGUES, Margarita Victoria. A pesquisa documental e o estudo histórico de políticas educacionais: o guardador de inutensílios. **Cadernos de Cultura**, Campo Grande, n. 7, p. 17-30, maio 2004.

ROSSINI, Leonardo de Lima. **As origens da educação superior em Sorocaba**: a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Sorocaba, Sorocaba, 2015. Disponível em: <http://educacao.uniso.br/producao-discente/dissertacoes/2015/leonardo-rossini.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2021.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930-1973)**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

SONODA, Érica Cátie. **Evolução Econômica e Mudanças na Estrutura Produtiva da Região Administrativa de Sorocaba (1980 – 2005)**. Dissertação. (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Economia, Campinas, 2006. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/416202?guid=1658448005964&returnUrl=%2Fresultado%2Flistar%3Fguid%3D1658448005964%26quantidadePaginas%3D1%26codigoRegistro%3D416202%23416202&i=1>. Acesso em: 10 mar. 2022.

SOROCABA: SÃO PAULO – BRAZIL. *City 's Book*. 2020. Disponível em: <https://www.yumpu.com/en/document/read/63129533/citys-book-sorocaba-sp-2020>. Acesso em: 10 mar. 2022.

SOROCABA (SP). **Lei municipal nº 233, de 23 de agosto de 1951**. Dispõe sobre a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Municipal de Sorocaba, e da outras providências. Prefeito Municipal Armínio Vasconcellos Leite, 1951. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sorocaba/lei-ordinaria/1951/24/233/lei-ordinaria-n-233-1951-dispoe-sobre-a-criacao-da-faculdade-de-filosofia-ciencias-e-letras-municipal-de-sorocaba-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 23 ago. 2021.

SOROCABA (SP). **Lei ordinária nº 376/1954**. Transfere para a Fundação Scarpa a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Municipal de Sorocaba, e dá outras providências. Prefeito Municipal Emerenciano Prestes de Barros, 1954. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/sp/s/sorocaba/lei-ordinaria/1954/37/376/lei-ordinaria-n-376-1954-transfere-para-a-fundacao-scarpa-a-faculdade-de-filosofia-ciencias-e-letras-municipal-de-sorocaba-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 24 ago. 2021.

TERCEIRO mundo. *In: Infopédia*: dicionários Porto Editora. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/Terceiro+Mundo>. Acesso em: 23 ago. 2021.

UNISO. **Universidade de Sorocaba 25 anos: edição comemorativa**. Sorocaba: UNISO, 2019. Disponível em: https://issuu.com/unisociencia/docs/revista_25_anos.

VANNUCCHI, Aldo. **A universidade comunitária**: o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 2004.

VANNUCCHI, Aldo. **Dom Aguirre**: vida e obra. Sorocaba: Eduniso, 2013.

XAVIER, Libânia. **O Brasil como laboratório**: educação e ciências sociais no projeto do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais CBPE/INEP/MEC (1950/1960). [S.l.]: CDAPH; IFAN, 2000.

ANEXO A – ESTATUTO DA FUNDAÇÃO DOM AGUIRRE

ESTATUTO DA FUNDAÇÃO DOM AGUIRRE

TÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO, FINS e PRINCÍPIOS.

Artigo 1º. A Fundação Dom Aguirre, doravante referida como Fundação, é uma entidade educacional, sem fins lucrativos, de caráter filantrópico, instituída, em 12 de outubro de 1963, por Dom José Carlos de Aguirre, Bispo Diocesano, Artidoro Mascarenhas, Prefeito Municipal, Pedro Augusto Rangel, Presidente da Câmara Municipal, Aldo Vannucchi, Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba e José Carlos de Araújo Neves, Secretário dessa mesma Faculdade, sob o nº 95 de ordem, à página 65 do livro “A” do Registro de Pessoas Jurídicas do 2º Cartório de Registro de Imóveis e seus anexos da Comarca de Sorocaba, Estado de São Paulo.

Artigo 2º. A Fundação tem sede e foro na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo.

Artigo 3º. É indeterminado o tempo de sua duração.

Artigo 4º. A Fundação é regida por este Estatuto, pela legislação em vigor, no que lhe for aplicável, e por deliberações dos órgãos competentes de sua administração.

Artigo 5º. São finalidades da Fundação:

- a. manter e administrar o Colégio Dom Aguirre e a Universidade de Sorocaba, à luz dos princípios cristãos;
- b. criar, manter e administrar outras unidades educacionais e de saúde, humana, odontológica e veterinária, bem como obras de assistência social, de promoção humana e de atividades culturais, visando ao bem da sociedade;
- c. atuar nas áreas de educação científica, tecnológica, artística e ambiental;
- d. contribuir para o desenvolvimento integral do País, dentro do seu campo de atuação;
- e. apoiar, mediante contratos e convênios com entidades públicas e privadas, pesquisas, programas, projetos e ações compatíveis com seus objetivos;
- f. prestar assistência educacional gratuita a alunos carentes, por meio de bolsas de estudo ou de outras formas de auxílio, nos termos da legislação em vigor;
- g. prestar serviços diversos que estejam alinhados às práticas educacionais de suas mantidas.

Artigo 6º. Para cumprimento das suas finalidades, a **FUNDAÇÃO DOM AGUIRRE** poderá, através de suas mantidas:

- a. atuar de forma permanente observando os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e economicidade e eficiência;
- b. desenvolver atividades de caráter cultural, social e filantrópico, educacional e de pesquisa científica, a critério do seu Conselho Superior;
- c. realizar eventos ou ações educacionais, para adultos, jovens ou crianças;
- d. promover a educação, a capacitação e o treinamento profissional do cidadão;
- e. desenvolver pesquisas, em todos os campos do saber, com a devida atenção à identidade brasileira;

- f. buscar o desenvolvimento de uma consciência profissional brasileira;
- g. formar técnicos e profissionais que atuem como suportes complementares fundamentais para o desenvolvimento de atividades educacionais e sociais;
- h. promover cursos e palestras relacionados às suas atividades estatutárias;
- i. defender e conservar o patrimônio histórico e artístico e estimular e promover a produção e a difusão de manifestações e bens culturais e artísticos de valor regional ou universal, formadores e informadores de conhecimento, cultura e memória, bem como que estimulem a liberdade de expressão;
- j. fomentar a criação de espaços de expressão e criação artística e intelectual que contribuam para a promoção da cidadania;
- k. desenvolver ações assistenciais que visem a integração ao mercado de trabalho e a inclusão social por meio da difusão do ensino;
- l. oferecer bolsas e criar prêmios ou concursos e outras ações de estímulo relacionadas com seus campos de atuação, de acordo com a disponibilidade de seus recursos;
- m. disponibilizar ou explorar apresentações para exibição por rádio e televisão, edição de livros, revistas, gravação de CD's, DVD's e outras mídias, como incentivo às atividades de caráter educativo e cultural;
- n. instituir prêmios de estímulo e reconhecimento a pesquisadores que tenham contribuído para o desenvolvimento científico, técnico e cultural da comunidade;
- o. aplicar recursos na formação de Fundo de Capital próprio a ser composto por doações, contribuições e eventuais excedentes financeiros e outros, cujo resultado, obrigatoriamente, será revertido na realização de seus objetivos estatutários;
- p. apoiar ações de pesquisas, de ensino e o desenvolvimento institucional;
- q. difundir e explorar marcas e patentes que possua ou detenha os direitos de exploração;
- r. promover atividades de editoria, livraria, papelaria, bazar, restaurante, lanchonete, estacionamento e outras que possam gerar a captação de recursos financeiros;
- s. promover outras atividades que, a juízo do Conselho Superior, sejam de interesse na realização de seus objetivos estatutários;
- t. celebrar contratos, convênios, contratos de gestão, acordos, termo de parcerias e outros instrumentos congêneres, com pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais e internacionais;
- u. realizar atividades de consultoria em todas as áreas do saber em conjunto com as atividades acadêmicas que estejam ligadas as finalidades de suas mantidas;
- v. realizar testes e análises técnicas relacionadas às pesquisas desenvolvidas por suas mantidas;
- x. atender a comunidade nas áreas de medicina humana, odontológica e animal;
- y. prestar serviços especializados a pessoas jurídicas de direito público e/ou privado, nacionais e/ou estrangeiras, notadamente nas áreas de atuação de suas mantidas, no ensino, na pesquisa, na extensão e nas áreas social, jurídica, de saúde, de engenharia, arquitetura, arqueologia e tecnologia em geral, conforme seus estatutos, regimentos e regulamentos.

Artigo 7º. A Fundação rege-se pelos seguintes princípios:

- a. respeito a toda e qualquer pessoa, em perspectiva cristã, sendo proscrita qualquer forma de discriminação;
- b. obediência à lei e às exigências do bem comum;

- c. unidade de patrimônio e administração;
- d. utilização plena e racional dos recursos materiais e humanos;
- e. flexibilidade de critérios e métodos, com vistas às suas peculiaridades, bem como das suas mantidas e da sua área de influência.

TÍTULO II

DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Artigo 8º. A Fundação possui os seguintes órgãos:

- a. Presidência
- b. Conselho Superior
- c. Conselho Fiscal
- d. Secretaria Executiva
- e. Administração Geral

Parágrafo único: Os dirigentes epigrafados no caput não respondem pelas obrigações sociais da Fundação, exceto se decorrentes de atos praticados com excesso de mandato ou contrários às disposições legais e estatutárias.

Artigo 9º. É vedado uso do nome da Fundação por qualquer dos seus órgãos ou dirigentes, para atividades estranhas às suas finalidades.

CAPÍTULO I

DA PRESIDÊNCIA

Artigo 10º. A Presidência, poder executivo maior da Fundação, é exercida pelo Arcebispo Metropolitano de Sorocaba.

Artigo 11. A Vice-Presidência recairá em pessoa com curso superior e experiência administrativa, escolhida pelo Presidente;

§ 1º. O exercente da Vice – Presidência poderá ser exonerado “ad nutum” pelo Presidente, ouvido o Conselho Superior;

§ 2º. O mandato da Vice–Presidência é de dois anos, podendo ser reconduzido.

Artigo 12. São atribuições do Presidente do Conselho Superior da Fundação:

- a. convocar e presidir as reuniões do Conselho Superior;
- b. representar a Fundação, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, podendo outorgar procurações com poderes especiais;
- c. homologar ou vetar os nomes dos dirigentes maiores das unidades mantidas, indicados de acordo com o que dispuserem os seus ordenamentos jurídicos;
- d. homologar ou vetar os nomes dos representantes da sociedade civil, indicados para comporem o Conselho Superior;
- e. homologar ou vetar os nomes indicados para comporem o Conselho Fiscal;
- f. escolher e nomear assessores e consultores da Fundação;
- g. escolher e nomear o Secretário Executivo e o Administrador Geral da Fundação;

- h. homologar acordos, contratos e convênios com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, propostos pelas mantidas;
- i. baixar Portarias e Resoluções e outros atos que julgar necessários à atuação e desenvolvimento da Fundação;
- j. usufruir sempre o voto de qualidade;
- k. exercer demais atribuições previstas neste Estatuto e na legislação.

Artigo 13. São atribuições do Vice-Presidente:

- a. substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos;
- b. desempenhar funções que lhe sejam cometidas pelo Presidente.

CAPÍTULO II DO CONSELHO SUPERIOR

Artigo 14. O Conselho Superior da Fundação, Presidido pelo Presidente da Fundação Dom Aguirre, é constituído pelos seguintes membros:

- a) O Presidente da Fundação Dom Aguirre, membro nato;
- b) O Vice-Presidente da Fundação Dom Aguirre;
- c) O Prefeito Municipal;
- d) Um vereador, representante do poder legislativo da Cidade Sorocaba;
- e) O Reitor da Universidade de Sorocaba;
- f) O Diretor do Colégio Dom Aguirre;
- g) Três representantes da sociedade civil.

§1º. O Vice-Presidente terá como suplente pessoa indicada pelo Presidente; o Prefeito Municipal terá como suplente o Vice-Prefeito e o representante do poder legislativo terá como suplente outro vereador eleito.

§2º. O vereador, representante do Poder Legislativo de Sorocaba nos termos da letra “d” do “Caput” e seu suplente, serão escolhidos pelo Conselho Superior dentre os vereadores eleitos, com mandato coincidindo com seus mandatos eletivos na Câmara dos Vereadores de Sorocaba.

§3º. Em caso de impedimento do vereador indicado, renúncia ou afastamento temporário, assumirá sua vaga o vereador suplente.

§4º. Os suplentes dos representantes das unidades mantidas serão seus respectivos substitutos regimentais.

§5º. Os representantes da comunidade externa, com mandato de três anos, podendo ser reconduzidos por uma vez, não terão suplentes.

§6º. Será considerada renúncia a terceira falta consecutiva, sem justificativa, dos representantes da sociedade civil, cabendo ao Presidente do Conselho nomear novos representantes.

§7º. Os suplentes substituem os titulares em seus impedimentos ou para sucedê-los, completando-lhes o mandato, em caso de vacância ou renúncia.

§8º. O mandato do atual do Presidente da Câmara Municipal de Sorocaba se estenderá até o término do exercício da Presidência.

Artigo 15. O Conselho Superior reunir-se-á:

- a) em reunião ordinária, duas vezes por ano, no primeiro e no último trimestre;

- b) em reunião extraordinária, quando convocada pelo seu Presidente, por iniciativa própria;
- c) em reunião solene, por exigência de circunstâncias especiais.

§1º. A convocação para as reuniões deverá ser feita por escrito, com antecedência mínima de cinco dias, dela constando local e horário, bem como os assuntos a serem tratados; em casos especiais, pela urgência da matéria, a convocação poderá ser feita com prazo menor, nunca inferior a 24 horas.

§2º. O Conselho só poderá reunir-se, ordinária e extraordinariamente, com a presença da maioria de seus membros.

§3º. As reuniões solenes realizar-se-ão com qualquer número de membros presentes.

Artigo 16. Compete ao Conselho Superior:

1. Zelar pela boa administração da Fundação, pela conservação e aumento do seu patrimônio, bem como pelo fiel cumprimento deste Estatuto;
2. Aprovar ou rejeitar os nomes indicados para dirigentes das unidades mantidas;
3. Aprovar ou rejeitar os nomes indicados para representantes da sociedade neste Conselho;
4. Aprovar ou rejeitar os nomes indicados para o Conselho Fiscal;
5. Aprovar ou rejeitar o nome indicado para Secretário Executivo;
6. Deliberar sobre instituição e alienação de ônus reais sobre bens imóveis;
7. Aprovar e controlar a execução das propostas orçamentárias da Fundação e de suas unidades, bem como suas alterações e respectivas prestações de contas;
8. Aprovar ou rejeitar o relatório anual da Fundação e de suas unidades e o seu balanço patrimonial;
9. Aprovar ou rejeitar a concessão de créditos suplementares e o remanejamento de verbas orçamentárias;
10. Aprovar o quadro de pessoal da Fundação e das mantidas, fixando os vencimentos básicos;
11. Acompanhar a execução dos planos de expansão das suas unidades, deliberando sobre ela;
12. Homologar as alterações dos ordenamentos jurídicos das suas unidades, encaminhando-os aos órgãos governamentais pertinentes;
13. Decidir sobre a outorga da Medalha Cultural Dom Aguirre;
14. Pugnar pela manutenção da unidade da Fundação e dos princípios que norteiam a sua constituição, com a renúncia, se necessário, de pontos de vista pessoais, em benefício da Fundação.

Artigo 17. Aos membros do Conselho Superior é vedado perceber remuneração, enquanto tais, sendo que a Entidade não atribui, sob nenhuma forma ou pretexto, direta ou indiretamente, resultados, bonificações ou vantagens a mantenedores e dirigentes.

CAPÍTULO III DO CONSELHO FISCAL

Artigo 18. O Conselho Fiscal, integrado por pessoas não vinculadas à Fundação, é composto por três membros e três suplentes, indicados pelo Conselho Superior e nomeados pelo Presidente, para mandato de dois anos.

§1º. Os membros do Conselho Fiscal poderão ser reconduzidos uma vez.

§2º. O Conselho Fiscal terá um Presidente e um Secretário, que serão escolhidos anualmente, dentre os seus próprios membros.

Artigo 19. O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, no mês de março de cada ano, e extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente, para, além das atribuições e poderes que a lei lhe confere, dar parecer sobre o Orçamento Geral da Fundação, sobre o Balanço Patrimonial do exercício anterior e sobre o Relatório econômico-financeiro da Instituição.

Artigo 20. Os membros do Conselho Fiscal não terão remuneração nem gozarão de qualquer vantagem pelo exercício de seus cargos.

CAPÍTULO IV DA SECRETARIA EXECUTIVA

Artigo 21. A Secretaria Executiva será exercida por pessoa de reconhecida idoneidade moral e profissional, escolhida pelo Presidente e com condições de presença diária na Fundação.

Artigo 22. O Secretário Executivo terá mandato de três anos, permitida a recondução.

§1º. O Secretário Executivo poderá ser destituído de seu cargo, a qualquer tempo, por voto da maioria absoluta dos membros do Conselho Superior, em votação secreta.

§2º. Vagando, no curso do mandato, o cargo de Secretário Executivo, outro será nomeado na forma prevista, para completá-lo.

Artigo 23. São atribuições do Secretário Executivo:

1. Representar a Fundação em juízo e fora dele, mediante procuração específica, outorgada pelo Presidente;
2. Dirigir e supervisionar as atividades da Fundação, praticando os atos necessários à sua administração e desenvolvimento e apresentando ao Conselho Superior, todos os anos, plano de trabalho, orçamento, balanço patrimonial, prestação de contas e relatório geral;
3. Contratar, com aprovação prévia do Presidente, consultores e assessores de que a Fundação precisar;
4. Contratar e dispensar o pessoal técnico-administrativo da Fundação e suas mantidas, respeitando o quadro de pessoal aprovado pelo Conselho Superior;
5. Autorizar, ouvido o Conselho Superior, a criação de estabelecimentos empresariais ou de prestação de serviços, com vistas a gerar recursos que viabilizem os objetivos da Fundação;
6. Convocar e presidir reuniões com o Administrador Geral e pessoal técnico-administrativo quando entender necessário;
7. Aprovar os regulamentos dos setores técnico-administrativos da Fundação;
8. Praticar demais atos determinados pelo Conselho Superior ou por delegação do seu Presidente.

CAPÍTULO V DA ADMINISTRAÇÃO GERAL

Artigo 24. A Administração Geral é o órgão responsável pela contabilidade, tesouraria, setor de recursos humanos e folha de pagamento, suprimentos, engenharia e manutenção e demais serviços técnicos e auxiliares, bem como, pelo arquivamento e guarda dos documentos da Fundação.

Artigo 25. A Administração Geral será exercida por um Administrador Geral e pessoal auxiliar, com atribuições fixadas pelo Secretário Executivo.

Artigo 26. A Administração Geral será exercida por pessoa de reconhecida idoneidade moral e profissional, escolhida pelo Presidente e com condições de trabalho diário na Fundação.

TÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

CAPÍTULO I DO PATRIMÔNIO

Artigo 27. O patrimônio da Fundação é constituído:

- a) pelos bens e direitos existentes na dotação inicial;
- b) pelos bens e direitos a ela doados;
- c) por outros bens e direitos que a Fundação vier a adquirir;
- d) pelos saldos de exercícios financeiros anteriores.

Artigo 28. É obrigatória a existência de um registro de todo o acervo patrimonial da Fundação, que ficará sob a supervisão do Administrador Geral, devendo ser apresentado, semestralmente, ao Secretário Executivo, para conhecimento e visto das variações patrimoniais.

CAPÍTULO II DOS RECURSOS FINANCEIROS

Artigo 29. Os recursos financeiros da Fundação provêm de:

1. Doações, auxílios, contribuições e outras subvenções que forem concedidas pela União, pelo Estado, pelo Município ou por entidades públicas ou particulares;
2. Rendimentos auferidos, direta ou indiretamente, das atividades previstas nos artigos 5º e 6º deste Estatuto, podendo ainda, para o cumprimento de suas finalidades e subsistência, empreender atividades comerciais e de prestação de serviços, sujeitando-se à legislação pertinente;
3. Resultado de operações de crédito ou rendas eventuais.

Parágrafo único: Todos os recursos financeiros da Fundação serão aplicados dentro do País e na consecução dos objetivos da mesma.

CAPÍTULO III DO REGIME FINANCEIRO

Artigo 30. O exercício financeiro coincidirá com o ano civil, dentro do qual se procederá ao levantamento das Demonstrações Contábeis, para apuração dos resultados e prestação de contas, observadas as normas legais para elaboração, prazo e publicação.

§1º. Todos os anos, deverá ser realizada auditoria externa na Fundação, por firma especializada, contratada para isso, após prévio exame, por parte do Secretário Executivo, de, pelo menos, três propostas.

§2º. Todas as receitas e despesas quer da Fundação quer das unidades mantidas, terão registro centralizado em contabilidade única, com livros registrados na Curadoria das Fundações da Comarca.

§3º. Todos os anos, após aprovação do Conselho Superior, serão publicados o Balanço Geral da Fundação e as prestações de contas, para o posterior encaminhamento ao Ministério Público da Comarca.

Artigo 31. O orçamento da Fundação será uno e a sua elaboração obedecerá à legislação vigente e às instruções baixadas pelo Conselho Superior.

TÍTULO IV DO PESSOAL

Artigo 32. O pessoal da Fundação será regido pela legislação trabalhista.

Artigo 33. A admissão e a demissão do pessoal da Fundação devem obedecer ao quadro de pessoal, com as respectivas remunerações, aprovado pelo Conselho Superior.

TÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 34. A Fundação respeitará a autonomia da Universidade de Sorocaba – UNISO – prevista na Constituição Federal, na forma deste Estatuto e de seus próprios ordenamentos.

Parágrafo único: O Estatuto da Universidade de Sorocaba e suas alterações dependerão da aprovação da maioria absoluta dos membros do Conselho Superior da Fundação.

Artigo 35. As unidades mantidas pela Fundação possuirão normas próprias de funcionamento, elaboradas pelos respectivos responsáveis, com aprovação do Conselho Superior.

Artigo 36. As taxas e anuidades escolares das unidades de ensino serão fixadas pela Fundação, de acordo com a legislação vigente.

Artigo 37. A extinção da Fundação poderá ocorrer só por ação judicial, promovida pelo Ministério Público ou por qualquer interessado, se a sua finalidade se tornar ilícita, impossível ou inútil; nesse caso, seu patrimônio, respeitadas as doações com encargos, será destinado a

uma instituição congênere ou de fins filantrópicos, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social.

Parágrafo único: É indispensável a essa nova destinação o voto favorável dos representantes no Conselho Superior, dos Poderes Municipais Legislativo e Executivo.

Artigo 38. A Fundação confere a “Medalha Cultural Dom Aguirre” a pessoas que tenham colaborado de modo insigne com a Instituição ou a outras que a mesma queira homenagear.

§1º. Essa concessão é disciplinada por normas próprias, aprovadas pelo Conselho Superior.

§2º. A outorga dessa honraria será sempre em reunião solene do Conselho Superior, convocada para esse fim.

Artigo 39. O presente Estatuto poderá ser modificado, mas sem alteração do nome e dos princípios e finalidades que orientaram a criação da Instituição.

Parágrafo único: Toda alteração estatutária deverá ser aprovada pelo Conselho Superior, por maioria absoluta de seus membros e submetida ao Ministério Público da Comarca.

Artigo 40. Os casos omissos deste Estatuto serão resolvidos pelo Presidente, ouvido o Conselho Superior.

Artigo 41. Este Estatuto, depois de aprovado pelo Conselho Superior da Fundação Dom Aguirre será submetido à apreciação do ilustre representante do Ministério Público, e registrado no Cartório competente, entrando, no entanto, em vigor, imediatamente. Dom Julio Endi Akamine

Presidente do Conselho Superior da Fundação Dom Aguirre

Etevaldo Queiroz Faria OAB/SP 61 182

Tel: 0 xx 15 3231 4363